

REVISÃO DO 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO - OGP

Open Government Partnership

Controladoria-Geral da União
Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação
Diretoria de Governo Aberto e Transparência
Coordenação-Geral de Promoção de Governo Aberto

Brasília, agosto de 2026



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

SAUS Q. 5 - Asa Sul, 70070-050

- Brasília/DF

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO

Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA

Secretária de Integridade Pública

FERNANDA ALVARES DA ROCHA

Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS

Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA

Secretário de Integridade Privada

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA

Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. AGENDA DE GOVERNO ABERTO.....	5
O QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS ANOS:.....	5
Brasil Participativo	5
Transparência Ativa e Dados Abertos.....	5
Transparência Passiva	8
Governo Aberto	9
3. METODOLOGIA	12
3.1 Análise do Progresso.....	12
3.2 Divulgação	13
3.3 Revisão	14
3.4 Feedback.....	15
3.5 Entrega	15
4. COMPROMISSOS.....	16
4.1 Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura	16
4.2 Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção	23
4.3 Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia	27
4.4 Compromisso 4: Cultura de acesso à informação.....	32
4.5 Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais	38
4.6 Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas	45
4.7 Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar	53
4.8 Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios	58
ANEXO I - CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES RECEBIDAS	64

1. INTRODUÇÃO

O 6º Plano de Ação Nacional do Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP)¹ representa a continuidade dos esforços do país na promoção de políticas públicas baseadas nos princípios de transparência, participação social e responsividade. Construído de forma colaborativa entre governo e sociedade civil, o Plano reúne oito compromissos que orientam a implementação de iniciativas voltadas ao fortalecimento do governo aberto no período de janeiro de 2024 a dezembro de 2027.

Conforme previsto nas diretrizes da OGP para planos com ciclo de quatro anos, foi realizada a revisão de meio período do 6º Plano de Ação entre agosto de 2025 e junho de 2026. O processo foi conduzido de forma participativa, com o apoio [Comitê Interministerial de Governo Aberto](#) (CIGA)² e o do Grupo de Trabalho sobre Governo Aberto³, composto principalmente por instituições da sociedade civil.

A revisão foi subsidiada por informações sistemáticas de [monitoramento da execução do Plano](#), incluindo Relatórios de Status de Execução (RSE) dos compromissos, reuniões de monitoramento e outras atividades desempenhadas ao longo dos dois primeiros anos de implementação. Esses insumos permitiram uma avaliação qualificada sobre o andamento das iniciativas, contribuindo para a tomada de decisões mais informadas quanto à necessidade de ajustes no planejamento, nos prazos e nas estratégias.

Este documento apresenta a versão revisada dos compromissos do 6º Plano de Ação Nacional, refletindo as atualizações pactuadas durante o processo de revisão. Além disso, registra de forma detalhada o percurso metodológico adotado, as etapas realizadas e os principais resultados desse processo, bem como contempla a atualização de informações sobre a agenda de governo aberto no Brasil.

¹ A OGP (do inglês Open Government Partnership) é uma parceria global lançada, em 2011, e que tem o Brasil como um dos seus membros fundadores. Em maio de 2026, a Parceria possui mais de 200 membros, representando 72 países e 145 estados e municípios. Esses membros trabalham para implementar planos de ação que transformam a maneira como os governos buscam solucionar questões de interesse público, modernizar o Estado e aprimorar a democracia. Para informações adicionais: <https://www.opengovpartnership.org/>

² O Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) foi instituído, no âmbito do Poder Executivo federal, pelo [Decreto nº 10.160/2019](#). Na composição atual, determinada pela [Portaria CGU nº 722/2025](#), o comitê é composto por 15 ministérios. É responsável, dentre outras iniciativas, por orientar a implementação e elaboração dos planos de ação do Brasil.

³ O Grupo de Trabalho (GT) de Governo Aberto foi estabelecido pelo Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC). Em 2023, foi estabelecido grupo para um mandato 2023 a 2025, voltado especialmente para a elaboração e implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto. O grupo era composto por 9 entidades da sociedade civil e pela CGU. Em 2025, um novo grupo foi criado com mandato entre 2025 e 2027. Atualmente, participam do GT 15 instituições, sendo 11 da sociedade civil, duas de municípios membros do OGP Local e dois ministérios, entre eles a CGU. Mais informações podem ser consultadas em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia>.

2. AGENDA DE GOVERNO ABERTO

Desde o lançamento do 6º Plano de Ação Nacional, em 2023, a agenda de governo aberto no Brasil registrou avanços significativos, com a implementação de iniciativas voltadas à ampliação da participação social, à consolidação de políticas de transparência e ao fortalecimento de ações que contribuem para a disseminação da cultura de governo aberto no país.

O QUE FOI FEITO NOS ÚLTIMOS ANOS:

Brasil Participativo

Lançada em 2023, a [Plataforma Brasil Participativo](#) é voltada à promoção da participação social nas políticas públicas do Governo Federal, e já reúne mais de 1,7 milhões de pessoas envolvidas e mais de 10 milhões de acessos. A plataforma permite a realização de consultas públicas, audiências públicas, tomadas de subsídios, conferências e outros mecanismos de interlocução entre a sociedade e o Estado.

Em 2025, a plataforma foi atualizada para trazer melhorias na experiência do usuário, com interface mais intuitiva, novas funcionalidades e integração de mecanismos e instâncias de participação em um único ambiente. Assim, é possível encontrar em um único lugar as Conferências Nacionais, Consultas Públicas, Fóruns de Participação Social, entre outros elementos da Estratégia Nacional de Participação Social.

Transparência Ativa e Dados Abertos

O [Portal da Transparência do Governo Federal](#), gerenciado pela CGU, completou 20 anos em 2024, consolidando-se como uma das principais ferramentas de transparência e controle social do Brasil, ao promover a transparência da execução de cerca de R\$ 6 trilhões por ano em recursos públicos federais.

A ferramenta reúne dados sobre orçamento, despesas, emendas parlamentares, receitas, transferências de recursos, convênios, contratações públicas, remunerações de

agentes públicos, viagens a serviço, pagamentos de benefícios sociais, punições administrativas, renúncias fiscais, entre outros temas governamentais. Com linguagem simplificada e rastreabilidade dos recursos federais, a ferramenta disponibiliza 16 consultas temáticas, além de visualizações gráficas, dados em formato aberto e serviços de acesso aos dados (APIs).

Assim, o Portal permite que cidadãos, setores da sociedade civil organizada e demais interessados fiscalizem a gestão dos recursos públicos e apoiem a formulação de políticas públicas mais eficientes.

Ao longo desses 20 anos, o Portal incorporou diversos avanços estruturantes para a Política de Transparência e Acesso à Informação, como a consulta “Despesas - Documentos Diários”, que possibilitou o acompanhamento, em tempo real, dos gastos do governo com os respectivos favorecidos; a publicação de listas de beneficiários de programas assistenciais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC); a disponibilização de dados detalhados sobre remuneração de servidores ativos, aposentados e pensionistas; a publicação dos cadastros de punições administrativas a empresas e agentes públicos por irregularidades e má conduta, além da integração dos dados acerca dos benefícios fiscais concedidos a empresas a partir da desoneração de tributos federais e de incentivos governamentais.

O Portal da Transparência continuou a avançar no aprimoramento e na diversificação das informações disponibilizadas à sociedade, ao abranger novos temas e consultas. Nesse contexto, centralizou os aprimoramentos de transparência e rastreabilidade dos dados sobre emendas parlamentares, sendo capaz de apresentar o completo ciclo de execução. Entre 2025 e 2026, foram disponibilizadas novas informações sobre os programas Pé-de-Meia e Gás do Povo, incluindo a lista de beneficiários e os pagamentos realizados. Também em 2025, foi lançada uma página especial com dados sobre os recursos federais destinados à preparação da 30ª Conferência das Partes no Brasil (COP30), com o objetivo de dar transparência aos investimentos públicos e às obras de infraestrutura na cidade-sede, Belém (PA). A iniciativa surgiu a partir de uma demanda de entidades integrantes do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC).

Ainda em 2025, a plataforma alcançou seu maior patamar histórico de utilização, com mais de 30 milhões de visitas (acessos) realizadas por cerca de 17 milhões de usuários únicos.

O fornecimento de dados por meio de interfaces de programação de aplicações, APIs, na sigla em inglês, também apresenta crescimento expressivo, consolidando-se como importante mecanismo de integração e reutilização das informações públicas disponibilizadas. Nos últimos dois anos, a média anual de requisições de dados às APIs é de aproximadamente 300 milhões.

No âmbito da Política de Dados Abertos, o Governo do Brasil tem investido na ampliação da disponibilização de dados abertos para toda a sociedade. Em 2024, a CGU e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lançaram novo Catálogo Nacional de Dados, instrumento que centraliza e descreve os dados públicos, tornando-os mais acessíveis e compreensíveis para o governo, cidadãos, empresas, academia e sociedade em geral.

Em 2025, o volume de conjuntos de dados disponibilizados no Portal Brasileiro de Dados Abertos - PBDA (dados.gov.br) aumentou, totalizando mais de 15 mil conjuntos de dados abertos publicados em diversas áreas temáticas, além de oferecer mais 100 mil recursos de dados. No mesmo período, o número de usuários cadastrados do Portal ultrapassou a marca de 100 mil - ainda que o cadastro não seja obrigatório para acessar os dados.

O volume de dados abertos ofertados contribuiu para que o Brasil alcançasse, em 2025, o melhor desempenho da história no índice da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que avalia a efetividade das políticas governamentais de dados abertos, o [OURData Index](#) 2025. Entre 41 países analisados, o Brasil obteve 0,70 ponto em uma escala de 0 a 1, alcançando a 8ª posição global, a melhor pontuação da América Latina e um resultado 32% superior à média dos países da OCDE.

Em 2025, também foi realizado o 1º Concurso de Reúso de Dados Abertos, ação inédita de fomento ao desenvolvimento de produtos de dados pela sociedade a partir de dados abertos públicos governamentais. Sob a coordenação da CGU, a iniciativa reuniu 57 propostas que transformaram dados abertos disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos em soluções de dados, voltadas para a transparência, para a inovação e para o controle social. Ainda em 2025, a CGU retomou as atividades do [Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos \(CGINDA\)](#), com nova composição que amplia a participação social.

Cabe mencionar, ainda, a realização anual da Semana de Dados BR, evento realizado conjuntamente por CGU, MGI e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), para discussão sobre governança e ecossistema de dados.

Por fim, o trabalho de monitoramento do cumprimento das obrigações de transparência ativa resultou no alcance, em 2025, de 93,41% de cumprimento total dos itens avaliados.

Transparência Passiva

Como órgão central responsável pelo acompanhamento e monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Poder Executivo Federal, a CGU tem desenvolvido iniciativas voltadas ao fortalecimento do acesso à informação no Brasil, com foco tanto na articulação entre atores públicos e sociedade civil quanto na oferta de orientações, ferramentas e sistemas de apoio à implementação da LAI. Essas ações buscam aprimorar a gestão dos pedidos de informação, promover boas práticas e apoiar estados e municípios no cumprimento da legislação, contribuindo para o fortalecimento da cultura de transparência e do controle social.

Como parte dos esforços para fortalecer a implementação da LAI no Poder Executivo Federal, a CGU tem investido no aprimoramento de ferramentas digitais voltadas ao cidadão e aos gestores públicos. Essas iniciativas buscam ampliar o acesso às informações públicas, qualificar o monitoramento da aplicação da LAI e facilitar a compreensão e o uso dos instrumentos de transparência. Em 2025, foi lançada uma nova versão do Painel da Lei de Acesso à Informação, ferramenta de monitoramento e acompanhamento da aplicação da LAI, que oferece uma visão abrangente de sua implementação no Executivo Federal. A atualização trouxe navegação mais intuitiva, facilitando o entendimento do pedido de acesso à informação como um processo integrado, ao reunir as eventuais etapas recursais em um único fluxo. Os órgãos e entidades passaram a acompanhar seu desempenho, podendo identificar oportunidades de melhoria. A ferramenta também possibilita o monitoramento do cumprimento das obrigações de transparência ativa, permitindo consultar, em aba específica, o nível de atendimento por órgão, bem como comparar desempenhos.

Já em 2026, a CGU lançou uma nova versão da Busca LAI, plataforma pública que permite consultar todo o trâmite dos pedidos de acesso à informação registrados no Poder Executivo Federal. A ferramenta foi reformulada e integrada ao sistema de consulta de decisões recursais, reunindo, em um único ambiente, pedidos respondidos, recursos internos e decisões das instâncias independentes, com novos filtros, interface mais intuitiva e funcionalidades baseadas em inteligência artificial. Por meio da plataforma, o usuário pode acessar o pedido inicial registrado no Fala.BR, os recursos de 1ª e 2ª instância analisados pelo próprio órgão, a decisão da CGU em 3ª instância e a decisão da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), em 4ª instância.

As melhorias no painel e no Busca LAI foram etapas no percurso que culminou no lançamento, em junho de 2026, do Informa.BR, plataforma que utiliza inteligência artificial para buscar informações em fontes oficiais e confiáveis. A partir de uma demanda escrita pelos usuários em linguagem simples, a plataforma apresenta as informações já existentes sobre o assunto e links diretos para respostas já disponíveis. Um resumo é apresentado, além de abas com as principais respostas encontradas no Portal da Transparência, no Portal de Dados Abertos e em pedidos de acesso à informação já existentes. Caso não encontre o que procura, o usuário poderá registrar um pedido para obter a informação.

Merece destaque, ainda, a edição de enunciados para orientar servidores públicos na aplicação da LAI. Em 2024, a CGU lançou o Enunciado nº 01/2024, sobre prazos máximos para restrição de acesso a informações pessoais, e o Enunciado nº 02/2024, sobre monitoramento de negativas com base nesse fundamento. Em 2025, a CGU e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) iniciaram elaboração do Guia de Transparência e Proteção de Dados Pessoais, para apoiar agentes públicos na aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) de forma harmônica e segura.

Governo Aberto

Em 2025, a Controladoria-Geral da União e a Escola de Governo da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o apoio da Embaixada da França, do Banco Mundial e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, iniciaram o Programa Fellowship OEA sobre

Governo e Dados Abertos com foco em Mudanças Climáticas. A iniciativa é voltada à formação de jovens lideranças, com o objetivo de fortalecer a governança democrática e enfrentar os desafios das mudanças climáticas por meio da transparência, da participação cidadã e da inovação em políticas públicas.

Durante a formação, concluída em 2026, jovens de todas as regiões do país enfrentaram cinco desafios climáticos, partindo da perspectiva de suas localidades. As questões envolveram temas como transição energética justa; poluição e respostas a eventos climáticos extremos; desertificação e seca no Semiárido; financiamento climático e transparência; e datacenters e soberania digital. Em um processo de cocriação, os participantes utilizaram dados abertos como matéria-prima e ferramentas de governo aberto como motor para desenvolver soluções inovadoras para esses desafios e fortalecer a confiança entre governo e sociedade.

Na agenda internacional, o Brasil assumiu, em outubro de 2025, a copresidência da Parceria para Governo Aberto (OGP), durante Cúpula Global ocorrida em Vitoria-Gasteiz, na Espanha. A copresidência é exercida conjuntamente por um representante de governo e um da sociedade civil, responsáveis por conduzir as prioridades da iniciativa. O Brasil exerceu esse papel no ano de criação da OGP, em 2011, como um de seus países fundadores, e voltou a assumir a copresidência ao lado da advogada queniana Steph Muchai por um período que se estende até setembro de 2026. A CGU representa o Brasil na copresidência da Parceria, liderando o comitê diretor global em conjunto com a representante da sociedade civil.

Nesse contexto, a CGU e Steph Muchai lançaram, em 2025, a Agenda da Copresidência da OGP, documento que define prioridades, focos temáticos e metas institucionais do mandato, com o objetivo de fortalecer o movimento global de governo aberto e avançar a missão da OGP nos níveis local e internacional. O documento foi lançado durante a COP 30, em Belém do Pará.

A carta reflete o compromisso dos copresidentes em promover avanços coletivos e estabelece duas prioridades para o mandato: (1) Governo aberto na prática: direcionando as transições digital e ambiental para o bem das pessoas e do planeta; e (2) Governo aberto por um mundo melhor: o papel da OGP no diálogo e na cooperação internacional.

Ainda na área internacional, merece destaque a realização no Brasil, em 2024, do América Aberta, um dos eventos mais importantes da América Latina e do Caribe voltado à temática de governo aberto e dados abertos. Com mais de 2.700 inscrições, o encontro reuniu gestores públicos, lideranças da sociedade civil e especialistas da região para debater temas como transparência, acesso à informação e governo aberto.

Com a participação de representantes de 28 países, o evento buscou conectar governos e sociedade civil, impulsionando a agenda de governo aberto e promovendo debates sobre desafios globais, como mudanças climáticas, parlamento aberto e outras pautas voltadas à construção de um futuro mais inclusivo e colaborativo.

A realização do evento foi coordenada por uma comissão organizadora integrada pela Controladoria-Geral da União, pela Open Knowledge Brasil (OKBR), pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e pelo Colaboratório de Desenvolvimento e Participação da Universidade de São Paulo (COLAB/USP). Participaram também como organizadores a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Iniciativa Latino-Americana de Dados Abertos (ILDA), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Parceria para Governo Aberto (OGP).

O América Aberta integrou uma série de atividades nacionais e internacionais sobre o tema, como o Encontro Aberto para uma Região Aberta (AbreLatam) e a Conferência Regional para Dados Abertos da América Latina e Caribe (Condatos), além do CODA.Br, da Semana Dados BR e dos Encontros de Governo Aberto. As atividades reuniram especialistas internacionais voltados à pesquisa, à publicação e ao uso de dados abertos em temas como transparência, acesso à informação, governo aberto, tecnologias cívicas, jornalismo de dados, governo digital, prestação de contas e equidade.

3. METODOLOGIA

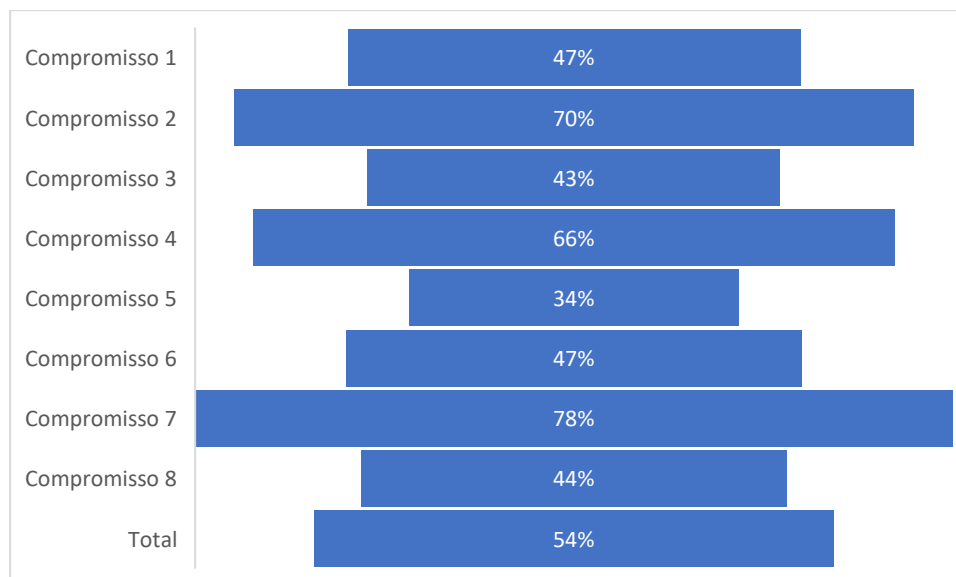
A revisão do 6º Plano de Ação Nacional foi baseada nas diretrizes estabelecidas pela OGP e contemplou cinco etapas de trabalho: i) Análise do Progresso; ii) Divulgação; iii) Revisão; iv) Feedback e v) Entrega.

3.1 Análise do Progresso

A etapa de Análise do Progresso teve o objetivo de garantir uma avaliação abrangente da implementação dos compromissos. Para isso, um formulário eletrônico foi criado para coletar informações detalhadas sobre a situação de cada compromisso. Os principais objetivos do formulário incluíram a determinação do grau de progresso alcançado até o momento, a identificação de avanços e áreas com resultados insatisfatórios, a análise de lacunas, desafios e obstáculos que possam ter dificultado a execução eficaz dos compromissos e a consideração de mudanças no contexto social, econômico ou político que possam ter influenciado a implementação do plano.

O formulário foi enviado a todos os envolvidos nos oito compromissos do 6º Plano e esteve disponível para preenchimento entre 19 de agosto e 10 de outubro de 2025, resultando em 34 respostas, sendo sete do compromisso 1, três do compromisso 2, dez do compromisso 3, duas do compromisso 4, três do compromisso 5, seis do compromisso 6, uma do compromisso 7 e duas do compromisso 8. Todas as contribuições recebidas são apresentadas de forma individualizada no Anexo I deste documento.

As informações coletadas foram consolidadas no [Relatório de Análise do Progresso do Plano](#). O relatório apresentou uma síntese dos avanços, desafios e aspectos contextuais que marcaram a implementação dos compromissos até o segundo ano do ciclo. Com base nas informações coletadas junto aos coordenadores e nos registros de monitoramento, o documento indicava uma execução média de 46% até setembro de 2025, com variações entre os compromissos. De acordo com as informações mais atualizadas, até março de 2026, o plano apresentava uma execução média de 54%. O progresso individual de cada um dos compromissos pode ser observado no gráfico a seguir.



Entre os principais avanços, destacaram-se a ampliação de iniciativas de participação social, aprimoramento de dados abertos estratégicos — especialmente na agenda anticorrupção —, a incorporação da pauta de ciência aberta em políticas nacionais e o desenvolvimento de ferramentas digitais voltadas à transparência e ao acesso à informação.

Por outro lado, o relatório evidenciou desafios recorrentes, como a rotatividade de equipes, limitações de recursos humanos, dificuldades de articulação interinstitucional e implementação limitada de ações concretas. Também foram apontados fatores externos que impactaram a execução, como restrições orçamentárias, mudanças institucionais e o contexto pré-eleitoral. Nesse cenário, o documento reforçou a importância da revisão do plano como uma oportunidade de ajuste de rota, destacando o papel estratégico da colaboração com a sociedade civil para fortalecer a implementação, ampliar o impacto das ações e garantir a sustentabilidade das iniciativas de governo aberto no país.

3.2 Divulgação

A segunda etapa da metodologia consistiu na divulgação dos resultados da etapa anterior de forma clara e acessível ao público, com o objetivo de ampliar a transparência e possibilitar que todos os interessados compreendam os achados da análise e contribuam com sugestões para o aprimoramento da implementação do plano.

A 4ª Edição do Diálogo com a Sociedade Civil, realizado em dezembro de 2025, buscou apresentar os principais resultados consolidados no Relatório de Análise de Progresso do Plano e colher subsídios ao processo de revisão. A sessão foi conduzida de forma virtual, com transmissão simultânea pelo canal da CGU no YouTube e possibilidade de interação pelo chat. Sete interações foram realizadas no chat durante o evento, cuja gravação pode ser acessada por meio do link: https://www.youtube.com/live/TePBfs5un-Q?si=BGFP_R78kclaFqdu. As interações dos participantes e demais informações estão disponíveis no [relatório do evento](#).

O relatório também apresenta as informações e resultados da consulta pública sobre a revisão do 6º Plano de Ação Nacional, disponibilizada na plataforma Brasil Participativo no período de 01 a 19 de dezembro de 2025. A consulta teve como objetivo ampliar as oportunidades de participação social, permitindo que cidadãos, organizações da sociedade civil e demais interessados enviassem contribuições, sugestões e recomendações voltadas ao aperfeiçoamento dos compromissos e do processo de implementação do plano.

Todas as contribuições recebidas, tanto no evento, quanto na consulta pública, são apresentadas de forma individualizada no Anexo I deste documento.

3.3 Revisão

A primeira atividade da etapa de revisão envolveu a realização de oficinas de cocriação, que tiveram como objetivo reunir representantes do governo, da sociedade civil e demais partes interessadas para analisar e fornecer feedback detalhado sobre cada sugestão coletada nas etapas anteriores, discutindo sua viabilidade e relevância para o plano de ação. Além disso, os participantes promoveram, conforme a especificidade de cada compromisso, a revisão e o aprimoramento dos marcos existentes, incluindo ajustes necessários e a proposição de novos marcos, com vistas a fortalecer a implementação das iniciativas e ampliar sua efetividade.

Foram realizadas 8 oficinas, sendo uma para cada compromisso, que envolveram 92 pessoas representando 39 instituições, sendo 15 organizações da sociedade civil e 24 entidades governamentais. O resultado encontra-se refletido no planejamento atualizado dos compromissos, cuja versão revisada será apresentada no item 4 deste documento.

3.4 Feedback

Nesta etapa, dispensou-se a realização da consulta pública inicialmente prevista no processo de revisão do Plano de Ação, uma vez que as sugestões e contribuições da sociedade já haviam sido amplamente coletadas e discutidas nas etapas anteriores, especialmente durante as oficinas de cocriação e demais espaços de diálogo promovidos ao longo da revisão.

Procedeu-se, então, à consolidação e divulgação dos resultados dos processos participativos, com o propósito de assegurar a devolutiva à sociedade e evidenciar como as contribuições foram consideradas na atualização do Plano de Ação. Essa divulgação ocorreu por meio de publicação de notícia, da disponibilização de documento específico na página de Governo Aberto do site da CGU e do envio de e-mail para as pessoas envolvidas.

3.5 Entrega

A etapa de Entrega marcou a conclusão do processo de atualização do plano de ação. A primeira atividade envolveu a análise do documento final pelo Grupo de Trabalho sobre Governo Aberto e aprovação final pelo CIGA. Após a aprovação, o plano revisado foi compartilhado com todos os envolvidos no processo de execução do plano.

A atividade seguinte consistiu na entrega do plano revisado à OGP, sua disponibilização na página de Governo Aberto do site da CGU e sua divulgação à sociedade.

4. COMPROMISSOS

Após a realização das oficinas de cocriação, os oito compromissos assumidos pelo governo brasileiro no âmbito do 6º Plano de Ação Nacional foram revisados pelos atores envolvidos. As atualizações refletem a necessidade de adaptação das ações às condições de implementação e aos aprendizados obtidos ao longo da execução. As informações revisadas de cada compromisso estão apresentadas nas tabelas a seguir.

4.1 Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura

País	Brasil	
Número e nome do compromisso	Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura	
Breve descrição do compromisso	Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.	
Coordenador do compromisso	Controladoria-Geral da União - CGU	
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil
	• Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	• Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA • GT Infraestrutura ⁴ • Infrastructure Transparency Initiative - CoST • Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP • Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA • Instituto Socioambiental - ISA

⁴ [GT Infra | Infraestrutura e Justiça Socioambiental \(gt-infra.org.br\)](http://gt-infra.org.br)

	• Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI • Ministério das Minas e Energia - MME • Ministério do Meio Ambiente - MMA • Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO • Ministério dos Transportes - MT • Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR	• Transparência Internacional Brasil - TI Brasil
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027	
Marcos	1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura 2 – Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente 3 – Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento 4 – Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado 5 – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	
RESULTADOS ALCANÇADOS		

O Compromisso 1 tem avançado de forma consistente na criação de diagnósticos e oportunidades de interações entre o governo e a sociedade, contribuindo para fortalecer a transparência, o engajamento e a participação social em políticas públicas de infraestrutura. Um dos principais êxitos foi a consolidação de um ambiente colaborativo de trabalho entre ministérios e com a sociedade civil. Essa colaboração proporcionou a troca contínua de informações, bem como a articulação de iniciativas conjuntas, promovendo diálogos significativos sobre a governança e a transparência do setor. No âmbito dos marcos 1 e 2, destaca-se como resultado relevante a realização de cinco eventos específicos de diálogo e troca sobre transparência e participação em infraestrutura de transportes, especialmente no contexto da elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050. Entre eles, o seminário Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social (ver relatório), realizado em setembro de 2024, responsável por mobilizar a sociedade civil, academia e governo, permitindo debates aprofundados sobre participação social, indicadores climáticos e socioambientais, além de metodologias para integração de aspectos socioambientais e econômicos na seleção de corredores logísticos. Complementarmente, a elaboração do documento “Propostas de Transparência e Participação Pública no PNL 2050”, pelas organizações da sociedade civil integrantes do compromisso, fomentou instrumentos concretos de institucionalização da transparência e da participação social no planejamento logístico. Ainda sobre os marcos 1 e 2, houve avanço importante com a integração do MMA e de áreas do setor de transportes no processo de revisão do PNL 2050, permitindo a ampliação de oportunidades de interação e contribuição da sociedade.

Em relação ao Obrasgov.br, o compromisso avançou consideravelmente a partir de iniciativas nos marcos 3, 4 e 5. Sob a liderança do MGI, foram identificadas 26 propostas de melhoria, sendo parte delas já implementadas na plataforma, incluindo avanços relacionados à navegabilidade, a novos campos de informação, à integração com o Transferegov.br e ao aprimoramento de filtros de pesquisa, com destaque para a identificação de projetos vinculados ao Novo PAC e localizados em áreas com restrições socioambientais. Destaca-se, ainda, que está em desenvolvimento uma nova versão da plataforma, na qual as sugestões recebidas serão avaliadas para possível incorporação, de acordo com a viabilidade técnica e o planejamento interno da SEGES/MGI. Em novembro de 2025, o MGI lançou o Portal Obrasgov.br para unificar informações relacionadas, consolidar as entradas do sistema e do painel de dados, e impulsionar a transparência na gestão de obras públicas. O marco 4 consolidou o uso do Obrasgov.br em estratégias nacionais, como a Estratégia BIM BR, ao fomentar a adesão e articulação com estados e municípios. Já a execução do marco 6, coordenado pela Transparência Internacional – Brasil, resultou na elaboração e publicação de nota técnica sobre transparência e participação social do Novo PAC, com recomendações construídas entre a sociedade civil e a CGU, e publicadas em transparência, reforçando a visibilidade do compromisso. A publicação foi apresentada à Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), da Casa Civil. No entanto, ainda não se logrou apresentar o material no âmbito do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), conforme planejamento inicial. O Marco 9, também coordenado pela TI Brasil e que tem a participação de todas as organizações da sociedade civil do Compromisso, avançou na

elaboração de um mapeamento de boas práticas nacionais e internacional e um diagnóstico do estado atual da transparência em infraestrutura no governo federal. No entanto, após diálogo com o governo federal, este material será publicado como iniciativa da sociedade, ainda que seu conteúdo seja trabalhado no âmbito do compromisso.

O compromisso também obteve reconhecimento internacional, tendo sido incluído no Desafio OGP, com publicação de história oficial e recebimento de menção honrosa na Cúpula Global da OGP – 2025, evidenciando a relevância e inovação das ações para o fortalecimento da transparência e participação social nas políticas de infraestrutura.

REVISÃO DO COMPROMISSO

Além dos processos já mencionados para revisão do Plano, foram realizadas reuniões entre a CGU e as organizações da sociedade civil integrantes do compromisso para discutir desafios e possibilidades de avanços na implementação dos marcos planejados.

Com base nas contribuições coletadas ao longo das etapas anteriores do processo de revisão, nos debates realizados durante a oficina de revisão do Compromisso 1 e nas mencionadas reuniões, foram aprovados ajustes com o objetivo de aprimorar a execução das ações e garantir maior aderência aos objetivos estratégicos do compromisso.

No âmbito do marco 2, foi incorporada a discussão sobre a institucionalização da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), com abordagem metodológica participativa aplicada ao planejamento de corredores logísticos. Embora essa sugestão não tenha implicado alteração na redação do marco, sua inclusão foi considerada pertinente por dialogar diretamente com a qualificação dos processos das políticas e planos de infraestrutura, especialmente no que se refere à análise estruturada de impactos e alternativas estratégicas. Dessa forma, a temática poderá ser tratada no escopo das discussões já previstas, sem necessidade de criação de novo marco.

O marco 3 teve seu prazo de conclusão revisado, passando de junho de 2026 para dezembro de 2027, de modo a assegurar condições adequadas para a execução das atividades previstas e a entrega do novo sistema em desenvolvimento. De forma semelhante, o prazo do marco 9 foi ajustado de fevereiro de 2026 para dezembro de 2026, considerando a necessidade de ampliação do tempo para a consolidação das ações planejadas.

Já o marco 7 teve seu nome reformulado de “Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura” para “Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados” para explicitar sua articulação com as ações de promoção da integridade e da transparência já conduzidas pelos ministérios relacionados, como Planos de Dados Abertos, Planos de Integridade e a Política de Integridade e Combate à Corrupção (2025-2027). A nova redação reforça o caráter integrador do marco, evitando

sobreposições, promovendo sinergias institucionais e orientando sua execução como um espaço de convergência e fortalecimento das iniciativas existentes, com foco na sensibilização de gestores públicos e no aprimoramento das práticas institucionais.				
As alterações aprovadas encontram-se refletidas no planejamento atualizado do compromisso. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados durante a execução dos marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução ao longo do período de implementação.				
PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO APÓS REVISÃO				
MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	
Marco 1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	Mapeamento realizado	Julho/2026	Coordenador: CGU e IEMA	
			Governos	Sociedade Civil
			• IBAMA • MGI (SEGES) • MMA • MPO (SEPLAN) • MPO (SOF) • SG	• GT Infraestrutura • Instituto Socioambiental - (ISA)
Marco 2 – Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	Proposição de alterações normativas elaborada.	Julho/2026	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
			• IBAMA • MMA	• GT Infraestrutura • IEMA • Instituto Socioambiental - (ISA)
		Dezembro/2027	Coordenador: MGI (SEGES)	

Marco 3 – Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	Plataforma aperfeiçoada.		Governos	Sociedade Civil
			• ANTT • CGU • MME • MPO (SEPLAN) • MPO (SOF) • MT	• GT Infraestrutura • IBRAOP • Instituto Socioambiental - (ISA) • TI Brasil
Marco 4 – Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado	Ações de mobilização e capacitação implementadas.	Junho/2027	Coordenador: MGI (SEGES)	
			Governos	Sociedade Civil
			• CGU	• CONFEA • IBRAOP
Marco 5 – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura	Espaço de diálogo criado.	Junho/2027	Coordenador: MGI (SEGES)	
			Governos	Sociedade Civil
			• SNPS - SG/PR	• CONFEA • CoST • GT Infraestrutura • IEMA • Instituto Socioambiental - ISA • TI Brasil
		Concluído	Coordenador: TI Brasil	

Marco 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	Proposta de aperfeiçoamento apresentada.		Governos	Sociedade Civil
			• CGU	• GT Infraestrutura • IBRAOP • Instituto Socioambiental – ISA • IEMA • COST
Marco 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados	Diálogo e sensibilização realizada.	Junho/2027	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
			• SNPS - SG/PR	• IBRAOP
Marco 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para	Iniciativas de formação e engajamento implementadas.	Junho/2027	Coordenador: SNPS - SG/PR	
			Governos	Sociedade Civil
			• CGU • MGI (SEGES)	• IBRAOP

transparência e participação social				
Marco 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	Levantamento realizado.	Dezembro/2026	Coordenador: TI Brasil	
			Governos	Sociedade Civil
			CGU	- CoST - GT Infraestrutura - IBRAOP - IEMA - Instituto Socioambiental - ISA

4.2 Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção

País	Brasil
Número e nome do compromisso	Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção
Breve descrição do compromisso	Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.
Coordenador do compromisso	Controladoria-Geral da União - CGU

Responsáveis	Governo	Sociedade Civil
	• Advocacia-Geral da União - AGU • Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP • Ministério de Gestão e Inovação em Serviços - MGI	• Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento - IBRACEM • Instituto Ethos • Pacto Global • Transparência Brasil • Transparência Internacional Brasil - TI Brasil
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027	
Marcos	1 – Mapear demandas: 1) Identificar atores relevantes / interessados da sociedade/ do governo e seus papéis; 2) Levantar perguntas que atores querem responder; 3) Priorizar perguntas; 4) Identificar dados e informações existentes e necessários (para responder as perguntas priorizadas) 2 – Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção 3 – Realizar e divulgar diagnósticos periódicos da qualidade dos dados mapeados e priorizados como estratégicos que estejam disponíveis 4 – Plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal para o enfrentamento da corrupção 5 – Programa de divulgação, capacitação e sensibilização da sociedade e do setor privado quanto aos dados estratégicos 6 – Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados 7 – Ação de incentivo ao cadastramento de reúso dos dados	
RESULTADOS ALCANÇADOS		
A execução do Compromisso 2 apresentou avanços significativos, especialmente nos marcos 1, 2 e 3, que constituem a base para os demais marcos do plano. O marco 1, referente ao mapeamento de demandas e priorização de perguntas para o combate à corrupção, avançou com a conclusão das etapas de 1 a 3. Na etapa 4, foi apresentado um levantamento preliminar de dados existentes para algumas perguntas, permitindo que os demais membros do compromisso realizassem avaliação de suficiência de determinadas bases de dados. Esse processo consolidou resultados úteis para orientar a execução dos próximos marcos. O marco 2, relativo à catalogação dos dados que respondem às perguntas priorizadas, também avançou de forma relevante, embora ainda incompleto devido à não finalização total do marco 1. A CGU elaborou e apresentou planilha com mapeamento prévio de 36 conjuntos de dados, incluindo ações previstas para melhoria dos dados catalogados, além da criação de uma listagem de todos os conjuntos de dados já disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal da Transparência. Esse catálogo estabelece uma base contínua de trabalho, fundamental para a consolidação das etapas seguintes.		

O marco 3, que envolve a realização de diagnósticos e avaliação de suficiência dos dados, avançou com a participação de parceiros como a Transparência Internacional – Brasil e a Transparência Brasil, que conduziram análises sobre conjuntos de dados estratégicos (CEIS, CNEP e Painel Estatísticas do Poder Judiciário, entre outros) relacionados às perguntas priorizadas. A execução conjunta com o marco 2 permitiu a produção de diagnósticos concretos sobre a suficiência dos dados, com compartilhamento de resultados junto à Corregedoria-Geral da União.

O marco 4 avançou na identificação dos atores responsáveis e no levantamento de ações necessárias para a abertura ou melhoria dos dados avaliados, estabelecendo uma base para a futura sistematização do plano de abertura de dados. Como resultado imediato, ocorreu a efetiva publicação de dados sobre pagamentos de acordos de leniência firmados pela própria CGU, bem como a publicação de dados correicionais históricos, ações que superaram o objetivo do marco.

Nos marcos 5, 6 e 7, foram observados progressos expressivos em atividades de capacitação e promoção do uso de dados abertos. Destacam-se:

- Marco 5: realização da sessão “Dados Abertos e Correição: Desafios e Oportunidades no Combate à Corrupção” no evento América Aberta (dezembro de 2024), com ampla participação de representantes da sociedade civil, jornalistas, servidores e setor privado;
- Marco 6: workshops e capacitações em dados abertos, incluindo evento RedeSIC 2025 (10/09/2025) e capacitação online para 72 órgãos/entidades com 190 participantes (17/09/2025);
- Marco 7: encerramento do 1º Concurso de Reúso de Dados Abertos (23/09/2025) e realização da 1ª Jornada de Reúso de Dados Abertos da CGU (24/09/2025), com apresentação de ferramentas como Agenda Transparente e Medicamentos Transparentes.

REVISÃO DO COMPROMISSO

Com base nas contribuições coletadas nas etapas anteriores do processo de revisão e nos debates realizados durante as oficinas de revisão do Compromisso 2, foram aprovados ajustes voltados ao aprimoramento da execução das atividades.

No marco 2, foi realizada a alteração do prazo de conclusão, considerando o caráter contínuo e sistemático da atividade de catalogação de dados estratégicos. Trata-se de uma ação permanente, que demanda atualização constante para garantir a qualidade, a relevância e a utilidade das informações disponibilizadas. Nesse sentido, a ampliação do prazo busca refletir mais adequadamente a natureza contínua da atividade, assegurando sua manutenção e evolução ao longo do tempo.

O marco 6 teve seu nome revisado, passando de “Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados” para “Programa de capacitação e sensibilização do CTICC e dos gestores da administração pública para a gestão de dados”. A alteração tem como objetivo explicitar o papel do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) como instância estratégica na promoção da perenidade, do acompanhamento e do fortalecimento das ações de abertura e gestão de dados, especialmente no contexto do enfrentamento à corrupção.

As alterações aprovadas encontram-se refletidas no planejamento atualizado do compromisso. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados durante a execução dos marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução ao longo do período de implementação.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO APÓS REVISÃO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	
Marco 1 – Mapear demandas: 1) Identificar atores relevantes / interessados da sociedade/ do governo e seus papéis; 2) Levantar perguntas que atores querem responder; 3) Priorizar perguntas; 4) Identificar dados e informações existentes e necessários (para responder as perguntas priorizadas)	Documento(s) produzido(s) que contenha(m) a identificação de atores; as perguntas; a priorização das perguntas; a identificação dos dados.	Julho/2026	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
				• IBRACEM • TI Brasil
Marco 2 – Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção	Documento(s) produzido(s) com a catalogação dos dados.	Dezembro/2027	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
			• MJSP	• IBRACEM
Marco 3 – Realizar e divulgar diagnósticos periódicos da qualidade dos dados mapeados e priorizados como estratégicos que estejam disponíveis	Documento(s) produzido(s) (ou link disponibilizado) com os diagnósticos.	Junho/2027	Coordenador: TI Brasil	
			Governos	Sociedade Civil
			• CGU	• Transparência Brasil

Marco 4 – Plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal para o enfrentamento da corrupção	Documento produzido com o detalhamento do Plano.	Julho/2026	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
			• MGI	• IBRACEM • TI Brasil • Transparência Brasil
Marco 5 – Programa de divulgação, capacitação e sensibilização da sociedade e do setor privado quanto aos dados estratégicos	Realização de capacitação.	Junho/2027	Coordenador: Pacto Global	
			Governos	Sociedade Civil
			• CGU	• Instituto Ethos • Transparência Brasil
Marco 6 – Programa de capacitação e sensibilização do CTICC e dos gestores da administração pública para a gestão de dados	Realização de capacitação.	Junho/2027	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
			• MGI • MJSP	• Instituto Ethos
Marco 7 – Ação de incentivo ao cadastramento de reuso dos dados	Evento/ação realizado (ou link disponível).	Dezembro/2026	Coordenador: CGU	
			Governos	Sociedade Civil
				• Transparência Brasil

4.3 Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia

País	Brasil
Número e nome do compromisso	Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia

Breve descrição do compromisso	Promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social.	
Coordenador do compromisso	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil
	• Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA • Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ • Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT • Ministério da Defesa - MD • Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP	• Academia Brasileira de Ciências - ABC • Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC • Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG • GO FAIR Brasil • Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM • Rede Brasileira de Reprodutibilidade - RBR • Scielo - Scientific Electronic Library Online • Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC • Universidade Federal de Goiás - UFG
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027	
Marcos	1 – Elaboração da política de Ciência Aberta do país aderente à Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2 – Elaboração de Plano de Ação para implementação da Política Nacional de Ciência Aberta, com ações integradas para operacionalização de práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis, acompanhadas de propostas de uso de recursos financeiros (ações orçamentárias existentes e novas e outras ações) 3 – Realização de debate sobre a temática do compromisso na comunidade científica para subsidiar a elaboração de diretrizes nacionais para a ciência aberta, sensibilizar os atores relevantes e promover a divulgação geral de Ciência Aberta 4 – Implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta 5 – Fortalecimento da articulação nacional para a reforma da avaliação da pesquisa 6 – Publicação de um catálogo de infraestruturas nacionais de suporte à ciência aberta 7 – Elaboração e divulgação de recursos educacionais abertos sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis 8 – Implantação de mecanismos de recompensas e incentivos às práticas de Ciência Aberta	

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Compromisso 3 avançou de forma expressiva na promoção da Ciência Aberta no Brasil, fortalecendo práticas científicas mais transparentes, colaborativas e reprodutíveis. O tema ganhou visibilidade e reconhecimento em espaços estratégicos da política científica nacional, com destaque para sua inserção nos documentos resultantes da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) — o Livro Violeta e o Livro Lilás —, o que reforça a expectativa de que os princípios da Ciência Aberta orientem a nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) atualmente em elaboração pelo MCTI.

O compromisso também contribuiu para a ampliação do debate público sobre Ciência Aberta, por meio de conferências, seminários, mesas-redondas, podcasts e publicações científicas, que reuniram representantes da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do governo. Essas iniciativas fortaleceram a articulação entre atores institucionais e a difusão do conhecimento, resultando em uma crescente sensibilização sobre a importância da transparência e da colaboração nas práticas de pesquisa.

Entre os resultados estruturantes, destaca-se a consolidação do Observatório de Ciência Aberta do Brasil (OCABr) (ocabr.org), criado para monitorar a adoção da Ciência Aberta no país e disponibilizar indicadores atualizados sobre a produção científica e social. A plataforma já opera com bases de dados integradas, como o OpenAlex e a Rede SciELO, permitindo análises detalhadas sobre o cenário nacional e internacional. O OCABr tornou-se referência para o acompanhamento das políticas e práticas de Ciência Aberta no Brasil.

Outros avanços importantes incluem a tradução e adaptação de materiais internacionais sobre reprodutibilidade científica, a criação de um banco nacional de recursos educacionais sobre práticas de pesquisa abertas e colaborativas (reprodutibilidade.org/recursos) e a aprovação de cursos e ementas voltados à formação em Ciência Aberta.

O compromisso ainda impulsionou a elaboração de diretrizes para incorporação de práticas abertas e colaborativas nos critérios de avaliação científica. Tais esforços resultaram em recomendações e documentos que vêm influenciando a agenda de políticas públicas para a pesquisa e a pós-graduação no país.

REVISÃO DO COMPROMISSO

Com base nas discussões realizadas no âmbito da execução do Compromisso 3, especialmente ao longo do segundo semestre de 2025, foi identificada, previamente ao início do processo formal de revisão do plano, a necessidade de promover ajustes estruturais em seus marcos. Essas alterações envolveram a exclusão de marcos que não estavam plenamente alinhados aos objetivos do compromisso, bem como a consolidação de iniciativas que vinham sendo tratadas de forma fragmentada em diferentes marcos. O processo de revisão foi conduzido de forma colaborativa e consensual entre os atores envolvidos, resultando em uma reorganização mais coesa e estratégica do compromisso.

Dessa forma, o Compromisso 3 passou a abranger um novo conjunto de marcos, conforme apresentado no planejamento atualizado, refletindo maior alinhamento com seus objetivos, racionalização das entregas e melhor organização das ações previstas.

Considerando que essa reformulação dos marcos foi realizada recentemente, antes do início do processo de revisão do plano, e devidamente registrada nos Relatórios de Status de Execução (RSE) referentes aos dois últimos trimestres de 2025, o grupo avaliou que não havia necessidade de promover novos ajustes no âmbito das oficinas de revisão.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO APÓS REVISÃO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	
Marco 1 – Elaboração da política de Ciência Aberta do país aderente à Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI)	Política de Ciência Aberta elaborada	Dezembro/2026	Coordenador: MCTI	
			Governos	Sociedade Civil
Marco 2 – Elaboração de Plano de Ação para implementação da Política Nacional de Ciência Aberta, com ações integradas para operacionalização de práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis, acompanhadas de propostas de uso de recursos financeiros (ações orçamentárias existentes e novas e outras ações)	Plano de ação elaborado	Dezembro/2026	Coordenador: CNEN	
			Governos	Sociedade Civil
Marco 3 – Realização de debates na comunidade científica para subsidiar a elaboração de diretrizes nacionais para a ciência aberta, sensibilizar os atores relevantes e promover a	Debates realizados	Dezembro/2027	Coordenador: EMBRAPA	
			Governos	Sociedade Civil
			• CAPES • Fiocruz	• ABEC • RBR

divulgação geral de ciência aberta			• Ibict • Ministério da Defesa	• SBPC • SciELO • Unicamp
Marco 4 – Implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta	Ferramentas implementadas	Fevereiro/2026	Coordenador: SCIELO	
			Governos	Sociedade Civil
			• CAPES • EMBRAPA • FIOCRUZ • IBICT	• ABEC • RBR
Marco 5 – Fortalecimento da articulação nacional para a reforma da avaliação da pesquisa	Articulação nacional fortalecida	Novembro/2027	Coordenador: IBICT	
			Governos	Sociedade Civil
			• CAPES • EMBRAPA • FIOCRUZ	• RBR • UFG
Marco 6 - Publicação de um catálogo de infraestruturas nacionais de suporte à ciência aberta	Catálogo publicado	Julho/2027	Coordenador: RNP	
			Governos	Sociedade Civil
			• IBICT • MCTI	• SCIELO
Marco 7 – Elaboração e divulgação de recursos educacionais abertos sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis	Recursos educacionais abertos elaborados e publicados	Junho/2027	Coordenador: RBR	
			Governos	Sociedade Civil
			• FIOCRUZ • IBICT	• ABEC • GO FAIR BRASIL
Marco 8 – Implementação de mecanismos de	Mecanismos implementados	Julho/2027	Coordenador: RNP	
			Governos	Sociedade Civil

recompensas e incentivos a práticas de ciência aberta			• IBICT	• RBR • UFG
---	--	--	---	--

4.4 Compromisso 4: Cultura de acesso à informação

País	Brasil			
Número e nome do compromisso	Compromisso 4: Cultura de acesso à informação			
Breve descrição do compromisso	Fomentar a cultura de acesso à informação e aprimorar o cumprimento da LAI no país, por meio da articulação e colaboração entre poder público e sociedade.			
Coordenador do compromisso	Controladoria-Geral da União - CGU			
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil	Outros (outros poderes, setor privado etc.)	
	• Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas - SNDS/SG/PR • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	• Transparência Brasil • Artigo 19 • Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas • Fiquem sabendo • Observatório Social do Brasil - OSB • Instituto Observatório Político e Socioambiental - OPS	• Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	

Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027
Marcos	1 – Mapear atores estratégicos do ecossistema da LAI e suas práticas e ferramentas 2 – Criação da Rede (estruturação da rede de forma colaborativa) Definir incentivos, estratégias para fomentar adesão Definir governança e funcionamento da rede Identificar modelos de rede, pontos fortes e fracos 3 – Estruturar materiais de capacitação sobre a LAI para entes federados 4 – Sistematizar entendimentos sobre a aplicação da LAI no governo federal 5 – Repositório de boas práticas e ferramentas dos atores 6 – Desenhar modelo de monitoramento colaborativo 7 – Diagnóstico comparativo de desafios semelhantes na aplicação da LAI entre os poderes 8 – Realizar diagnóstico sobre a implementação da LAI por estados e municípios 9 – Disseminar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional com o objetivo de consolidar orientações consensuadas 10 – Disseminar recursos de educação cidadã 11 – Incluir itens de cumprimento da LAI no Índice de Governança e Gestão 12 – Guia de referência em transparência ativa para estados, municípios e Distrito Federal 13 – Campanha sobre acesso à informação, transparência e cidadania
RESULTADOS ALCANÇADOS	
Durante a elaboração do 6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto, a solução proposta centrou-se na criação de uma rede nacional por meio da qual seriam feitas ações de compartilhamento de conhecimento, boas práticas, capacitação e entendimentos. A estruturação da rede avançou como projeto na CGU, por intermédio da então Secretaria Nacional de Acesso à Informação. A Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI) foi criada por meio da Portaria Normativa CGU nº 130, de 13 de maio de 2024, que estabeleceu diretrizes e critérios voltados especificamente aos órgãos com competência de supervisão, monitoramento ou promoção da transparência ativa ou passiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O regimento interno estabelecerá as formas de participação de outros participantes, além da estrutura, atribuições e regras de funcionamento da rede. O regimento foi elaborado no período de julho de 2024 a fevereiro de 2025. Inicialmente, a CGU disponibilizou proposta preliminar, a qual foi discutida e aprimorada no âmbito do Conselho Diretivo Provisório da Rede a partir de diálogo com entidades da sociedade civil integrantes do compromisso 4 e do Grupo de Trabalho de Acesso à Informação do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC). A proposta foi também submetida a consulta pública por meio da plataforma Participe + Brasil. Em relação ao marco 4, cumpre informar que foi lançada a coletânea de decisões temáticas com entendimentos sobre a correta aplicação da LAI, bem como os enunciados de números 01/2024 e 02/2024, sobre prazos máximos para restrição de acesso a informações pessoais e monitoramento de negativas com base nesse fundamento. Outro destaque no âmbito do compromisso foi o marco 10. Houve aplicação de material didático-pedagógico específico sobre transparência chamado “A Transparência Faz a Diferença”, relacionado ao projeto Turma da Cidadania. Além disso, em 2024 o Programa Educação Cidadã da Secretaria de Integridade Pública (SIP), da CGU, lançou o 13º Concurso de Desenho e Redação, tendo como tema: “Cidadania Digital: Acesso e Educação para a democracia”. Participaram 1970 escolas, mobilizando mais	

de 289 mil estudantes em todo o país. O Concurso foi instituído e regulamentado pela Portaria nº 1.153/2024, tendo os resultados publicados por meio da Portaria nº 165/2025.

Já o marco 13, realização de campanha, foi concretizado por meio da RedeLAI, que desenvolveu a campanha intitulada Conheça a Administração Pública, Pergunte!. A iniciativa produziu peças orientativas sobre a Lei de Acesso à Informação, que foram veiculadas nas redes sociais dos membros da Rede ao longo do 2º semestre de 2025.

REVISÃO DO COMPROMISSO

O Compromisso 4 não recebeu sugestões de melhoria nas etapas anteriores do processo de revisão. No entanto, durante a oficina de revisão, os participantes promoveram ajustes em seus marcos, com o objetivo de aprimorar o escopo das ações e adequar prazos à complexidade das atividades.

O marco 3 teve seu prazo de conclusão alterado de julho de 2026 para dezembro de 2026, em razão da complexidade das atividades previstas para este marco, que demandam análise técnica aprofundada, articulação entre diferentes atores envolvidos e a elaboração de produtos com padrões de qualidade adequados. Além disso, houve a agregação do marco 12 ao marco 3 em decorrência da convergência temática entre as atividades, considerando que os materiais de capacitação desenvolvidos no âmbito do marco 3 já contemplam a temática da transparência ativa, permitindo a consolidação dos conteúdos e o fortalecimento do guia de cumprimento da LAI por meio de um material mais abrangente e robusto.

O marco 6 passou por revisão importante. Inicialmente, propôs-se a exclusão do marco, considerando que a proposta inicial previa oportunizar monitoramento pela sociedade civil e a RedeLAI possui, em sua estrutura, participação da sociedade civil, inclusive em seu conselho diretivo. A discussão sobre o tema pode ocorrer, portanto, neste fórum. Porém, após debate com o grupo, optou-se por alterar o nome do marco e estabelecer como finalidade a elaboração de um conjunto de referências para o monitoramento do cumprimento da LAI. O representante da Fiquem Sabendo dispôs-se a coordenar o marco, mas teria que validar no âmbito da organização. Após a realização da oficina, a CGU avaliou internamente a possibilidade de assumir a coordenação do marco, o que foi posteriormente acertado com a Fiquem Sabendo. A definição do prazo de conclusão para dezembro/2027 é necessária para garantir a execução adequada das atividades.

Após as oficinas de revisão, em que a Fiquem Sabendo, coordenadora do marco 7 - “Diagnóstico comparativo de desafios semelhantes na aplicação da LAI entre os Poderes”, solicitou apoio da CGU para consecução do marco, foi realizada articulação entre as instituições para avaliar a viabilidade de execução das atividades previstas. Considerando limitações operacionais, tanto da Fiquem Sabendo, quanto da CGU para apoiar a execução do marco no horizonte temporal do 6º Plano, optou-se pela exclusão do referido marco. Os participantes do compromisso foram informados da atualização.

O marco 9 teve seu nome ajustado de “Disseminar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional com o objetivo de consolidar orientações consensuadas” para “Compartilhar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional”. A atualização do nome do marco tem por objetivo alinhar sua redação à finalidade das atividades previstas, conferindo maior clareza e precisão ao seu escopo e assegurando consistência conceitual com o enfoque colaborativo adotado no compromisso. Além disso, considerando que a execução das ações não se restringe à atuação da CGU, mas envolve a participação de diversos entes e atores interessados, a nova nomenclatura reflete de forma mais adequada a dinâmica coletiva e o papel da Rede LAI como espaço de compartilhamento de entendimentos e experiências. A

definição do prazo de conclusão para dezembro/2027 é necessária para garantir a execução adequada das atividades.

O marco 11 teve seu prazo de conclusão estabelecido para dezembro de 2026 para garantir a execução adequada das atividades.

Além das alterações nos marcos existentes, foi incorporado um novo marco intitulado “Apoiar Estados e Municípios na implementação da LAI”. A proposta foi apresentada pela CGU para a incorporação formal ao Plano de Ação de iniciativa no âmbito do programa Time Brasil, voltada ao apoio direto a entes subnacionais, especialmente estados e municípios, no processo de regulamentação da Lei de Acesso à Informação. As ações do novo marco serão organizadas em duas frentes principais: (i) a continuidade do apoio direto já realizado pelo Time Brasil aos entes federados, especialmente na regulamentação da Lei; e (ii) o aprimoramento dos materiais orientativos disponibilizados.

As alterações aprovadas estão refletidas no planejamento atualizado do compromisso. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados durante a execução dos marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução ao longo do período de implementação.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO APÓS REVISÃO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS		
Marco 1 – Mapear atores estratégicos do ecossistema da LAI e suas práticas e ferramentas	Mapeamento realizado.	Concluído	Coordenador: CGU/Secretaria de Integridade Pública - SIP		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
				Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	
Marco 2 – Criação da Rede (estruturação da rede de forma colaborativa) Definir incentivos, estratégias	Rede criada	Concluído	Coordenador: CGU/Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação - SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			MGI	Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	

para fomentar adesão Definir governança e funcionamento da rede Identificar modelos de rede, pontos fortes e fracos					
Marco 3 – Estruturar materiais de capacitação sobre a LAI para entes federados	Materiais de capacitação estruturados	Dezembro/2026	Coordenador: CGU/SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
				• Artigo 19 • Fiquem Sabendo • Transparência Brasil	
Marco 4 – Sistematizar entendimentos sobre a aplicação da LAI no governo federal	Entendimentos sistematizados	Concluído	Coordenador: CGU/SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
Marco 5 – Repositório de boas práticas e ferramentas dos atores	Repositório criado	Junho/2027	Coordenador: CGU/SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
		Dezembro/2027	Coordenador: CGU/SNAI		

Marco 6 – Elaborar conjunto de referências para monitoramento do cumprimento da LAI	Conjunto de referências elaborado		Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MGI	• Fiquem Sabendo • Transparência Brasil	
Marco 7 – Marco excluído					
Marco 8 – Realizar diagnóstico sobre a implementação da LAI por estados e municípios	Diagnóstico realizado	Junho/2026	Coordenador: CGU/SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
					• CNMP
Marco 9 - Compartilhar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional	Entendimentos compartilhados	Dezembro/2027	Coordenador: CGU/SNAI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
					• CNMP
Marco 10 – Disseminar recursos de educação cidadã	Recursos disseminados	Concluído	Coordenador: CGU/SIP		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• SNDS - SG/PR	• OSB	
Marco 11 – Incluir itens de cumprimento da LAI no Índice de	Itens de cumprimento da LAI incluídos no Índice de	Dezembro/2026	Coordenador: MGI/SEGES/DTPAR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU/SNAI		

Governança e Gestão	Governança e Gestão				
Marco 12 – incorporado ao marco 3					
Marco 13 – Campanha sobre acesso à informação, transparência e cidadania	Campanha realizada	Junho/2027	Coordenador: CGU/SIP		
			Governos	Sociedade Civil	
			• SNDS - SG/PR	• Artigo 19 • OPS • Transparência Brasil	• CNMP
Marco 14 – Apoiar estados e municípios na implementação da LAI	Apoio realizado	Dezembro/2027	Coordenador: CGU/SIP		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU/SNAI		

4.5 Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais

País	Brasil
Número e nome do compromisso	Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais
Breve descrição do compromisso	Produzir, tratar e disponibilizar dados de ações afirmativas étnico-raciais padronizados e de qualidade, de forma colaborativa e em catálogo único.
Coordenador do compromisso	Ministério da Igualdade Racial - MIR

Responsáveis	Governo	Sociedade Civil	Outros (outros poderes, setor privado etc.)
	• Controladoria-Geral da União - CGU • Escola Nacional de Administração Pública - ENAP • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	• Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial - CEDRA • Geledés Instituto da Mulher Negra • Instituto Alana • Instituto Ethos • Interdisciplinariedade e Evidências no Debate Educacional - IEDE	
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027		
Marcos	1 – Mapear o ecossistema de dados étnico-raciais 2 – Mapear as necessidades de informação de ecossistema 3 – Construir modelo de referência para dados étnico-raciais para ações afirmativas 4 – Propor modelo de referência ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD) 5 – Adaptar ‘dados.gov.br’ para melhor catalogar, identificar e apresentar dados raciais 6 – Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) para aumentar oferta de dados 7 – Orientação normativa sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência 8 – Base-piloto de integração de dados 9 – Guias de orientação sobre ação afirmativa para Institutos Federais, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta 10 – Realizar avaliação sobre a implementação das ações afirmativas 11 – Capacitar agentes públicos para coleta, tratamento e análise de dados étnico-raciais 12 – Articular para a inclusão de módulo sobre cotas nos concursos nos sistemas estruturantes do governo federal 13 – Estratégia de divulgação do ‘dados.gov.br’ 14 – Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados para bancas de heteroidentificação 15 – Criação de um programa de dados de ações afirmativas e permitir a adesão de estados e municípios, via termo de adesão, ofertando capacitação técnica e fomentando a formação de uma rede interfederativa de boas práticas 16 – Ações de incentivo e promoção à divulgação de dados sobre ações afirmativas raciais no setor privado 17 – Ações de estímulo para a disponibilização e uso de dados sobre políticas afirmativas 18 – Polos avançados de ações afirmativas em cada região para padronização dos		

	dados 19 – Elaboração e aplicação do plano de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003 (torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas) nos municípios, considerando informações de orçamento, equipes, regulamentação e divulgação de boas práticas 20 – Estabelecer indicadores de qualidade para os dados étnico-raciais na educação
RESULTADOS ALCANÇADOS	
Os avanços do compromisso 5 têm se mostrado consistentes, impulsionados principalmente pelo fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade civil. Nos últimos meses, consolidaram-se parcerias estratégicas com o Instituto Alana e o Geledés Instituto da Mulher Negra, ampliando o alcance e a relevância da agenda. A aproximação com o Instituto Alana e o Geledés Instituto da Mulher Negra possibilitou integrar o compromisso à agenda da Primeira Infância Antirracista (PIA), reforçando a importância de dados que revelem desigualdades desde as primeiras etapas da vida. Essa parceria também estimulou o interesse em cooperações voltadas à implementação da Lei nº 10.639/03, articulando o compromisso com espaços políticos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). Essas iniciativas abrem novas perspectivas de expansão do compromisso, conectando-o a diferentes dimensões das políticas públicas voltadas à equidade e à promoção da igualdade racial. O marco 1 foi concluído com êxito, resultando na sistematização inicial do ecossistema de dados étnico-raciais disponíveis no âmbito governamental. Essa etapa foi essencial para mapear fontes, estruturas e lacunas de informação relacionadas à temática. O mapeamento consolidou dados de diferentes órgãos e bases, permitindo identificar fontes primárias e compreender os fluxos de produção e atualização das informações. O marco 3, atualmente em andamento, deu início à construção do modelo de referência para dados étnico-raciais, estabelecendo diretrizes metodológicas e promovendo o alinhamento técnico entre as instituições participantes do compromisso, fortalecendo a base para as próximas etapas de implementação. A base conceitual do modelo foi definida a partir da classificação de raça/cor adotada pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena). O marco 4, atualmente em andamento, avançou com a definição da proposta preliminar do modelo de classificação de raça/cor, baseada na classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consolidada por meio de alinhamentos bilaterais entre a CGU e o MIR. O marco 5 foi concluído, com a implementação de adaptações na plataforma dados.gov.br para aprimorar a catalogação, identificação e apresentação de dados raciais, além de melhorias na usabilidade e visualização, visando apoiar de forma mais efetiva políticas públicas e ações afirmativas.	

O marco 10 encontra-se em desenvolvimento, com ações voltadas à avaliação da implementação da Lei de Cotas no serviço público, incluindo a elaboração de um documento preliminar de avaliação e a definição das metodologias a serem utilizadas.

O marco 12, cujo objetivo consistia em fortalecer a articulação entre os órgãos para viabilizar a inclusão de um módulo sobre cotas nos concursos dos sistemas estruturantes do governo federal, foi plenamente concluído, representando um avanço relevante na implementação de políticas de ação afirmativa e na promoção da igualdade de oportunidades no serviço público. Embora concluído, requer monitoramento quanto à utilização efetiva do módulo pelos órgãos responsáveis. Também é necessária uma avaliação periódica da aplicabilidade e do impacto do módulo nos concursos públicos, considerando a possibilidade de ajustes futuros em função de alterações legislativas ou mudanças nas políticas de inclusão.

Concluído com êxito, o marco 13, dedicado à estratégia de divulgação do Portal Brasileiro de Dados Abertos, ampliou significativamente o acesso e a visibilidade dos dados governamentais, fortalecendo a transparência e promovendo o uso das informações na formulação de políticas públicas e ações afirmativas.

REVISÃO DO COMPROMISSO

Com base nas contribuições recebidas ao longo das etapas do processo de revisão do compromisso 5, verificou-se que todas as sugestões de melhoria estavam relacionadas à necessidade de consolidação e racionalização dos marcos, conforme detalhado no Anexo I. Essas contribuições foram previamente analisadas pelo coordenador do compromisso que, em articulação com os demais participantes, elaborou uma proposta de ajuste apresentada e debatida na oficina de revisão.

A proposta contemplou a consolidação dos marcos 3 e 4 em um único marco, denominado “Definir proposta de referência para dados étnico-raciais voltados às ações afirmativas e submetê-la ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD)”. A unificação justifica-se pela forte complementaridade entre seus objetivos e produtos, ambos voltados à definição e validação de um modelo de referência para dados étnico-raciais. A consolidação promove maior coerência metodológica, racionalização de esforços e otimização do uso de recursos institucionais.

Também foi realizada a alteração do nome do marco 7, que passou de “Orientação normativa sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência” para “Orientação sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência”. A exclusão do termo “normativa” decorre das restrições impostas pelo período eleitoral quanto à edição e divulgação de atos normativos, mantendo-se, contudo, o caráter orientador do marco.

Foram excluídos os marcos 8, 9, 15 e 18. A exclusão do marco 8 ocorreu em razão da descontinuidade da participação da instituição originalmente responsável por sua coordenação (GEMMA), sem substituição designada, o que inviabilizou sua implementação. Já o marco 9 foi excluído diante das dificuldades de articulação interinstitucional, que comprometeriam sua viabilidade. Os marcos 15 e 18, por sua vez, foram

excluídos em razão da elevada complexidade de articulação interfederativa com estados e municípios, que demandaria esforço institucional e capacidade operacional não disponíveis no período previsto.

Os marcos 11 e 17 também foram consolidados em um único marco, denominado “Capacitar agentes públicos para coleta, tratamento e análise de dados étnico-raciais e políticas afirmativas”. A integração decorre da convergência entre seus objetivos, ambos voltados à capacitação e ao uso qualificado de dados, permitindo maior efetividade, sinergia e otimização de recursos nas ações formativas.

No marco 14, foi realizada a alteração de sua denominação para “Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados sobre bancas de heteroidentificação”. O ajuste visa conferir maior clareza ao escopo do marco, explicitando que seu foco está na orientação sobre dados relacionados às bancas de heteroidentificação.

Por fim, o marco 19 teve seu nome e escopo reformulados, passando a ser denominado “Produção de dados e evidências sobre desigualdades raciais nas infâncias e adolescências nos municípios que aderiram ao SINAPIR”. A alteração decorre dos desafios relacionados às competências institucionais para o monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003. Nesse contexto, os atores envolvidos revisaram o escopo do marco, de modo a contemplar de forma mais estratégica a produção e o uso de dados sobre desigualdades raciais em um sentido mais amplo.

A proposta de ajustes foi apreciada e aprovada pelos responsáveis pelo compromisso, encontrando-se refletida no planejamento atualizado apresentado a seguir. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados durante a execução dos marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução ao longo do período de implementação.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO APÓS REVISÃO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS		
Marco 1 – Mapear o ecossistema de dados étnico-raciais	Mapeamento do ecossistema de dados étnico-raciais elaborado	Concluído	Coordenador: MIR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU		
Marco 2 – Mapear as necessidades de informação de ecossistema	Mapeamento das necessidades de informação de ecossistema elaborado	Dezembro/2026	Coordenador: MIR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU	• CEDRA	

Marco 3 – Marco incorporado ao marco 4

Marco 4 – Definir proposta de referência para dados étnico-raciais voltados às ações afirmativas e submetê-la ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD)	Proposta definida e apresentada ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD)	Outubro/2026	Coordenador: MIR e CGU		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MGI	• IEDE	
Marco 5 – Adaptar ‘dados.gov.br’ para melhor catalogar, identificar e apresentar dados raciais	Plataforma ‘dados.gov.br’ adaptada - catalogando, identificando e apresentando melhor os dados raciais	Concluído	Coordenador: CGU		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR		
Marco 6 – Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) para aumentar oferta de dados	MTE, INEP, ANPD mobilizados para aumentar a oferta de dados	Novembro/2026	MIR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU	• CEDRA • IEDE • Instituto Alana	
Marco 7 – Orientação sobre os padrões de abertura de dados de universidades,	Orientação publicada	Outubro/2026	Coordenador: CGU		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MGI • MIR	• CEDRA	

institutos federais em transparência					
Marco 8 – Marco excluído					
Marco 9 – Marco excluído					
Marco 10 – Realizar avaliação sobre a implementação das ações afirmativas	Avaliação realizada	Junho/2027	Coordenador: ENAP		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR		
Marco 11 – Capacitar agentes públicos para coleta, tratamento e análise de dados étnico-raciais e políticas afirmativas	Atividade de capacitação realizada	Dezembro/2026	Coordenador: ENAP		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR	• Geledés Instituto da Mulher Negra	
Marco 12 – Articular para a inclusão de módulo sobre cotas nos concursos nos sistemas estruturantes do governo federal	Órgãos mobilizados para a inclusão de Módulo sobre cotas nos concursos nos sistemas estruturantes do governo federal	Concluído	Coordenador: MGI		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU • MIR		
Marco 13 – Estratégia de divulgação do ‘dados.gov.br’	Estratégia de divulgação implementada	Concluído	Coordenador: CGU		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR		
Marco 14 – Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados sobre bancas	Guia disponibilizado	Dezembro/2026	Coordenador: MIR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MGI	• CEDRA	

de heteroidentificação					
Marco 15 – Marco excluído					
Marco 16 – Ações de incentivo e promoção à divulgação de dados sobre ações afirmativas raciais no setor privado	Ações de incentivo e promoção à divulgação de dados realizadas	Abril/2027	Coordenador: Instituto Ethos		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CGU • MIR		
Marco 17 – Marco incorporado ao marco 11					
Marco 18 – Marco excluído					
Marco 19 – Produção de dados e evidências sobre desigualdades raciais nas infâncias e adolescências nos municípios que aderiram ao SINAPIR	Plano de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003 implementado	Dezembro/2026	Coordenador: Instituto Alana		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR	• Geledés Instituto da Mulher Negra	
Marco 20 – Estabelecer indicadores de qualidade para os dados étnico-raciais na educação	Indicadores de qualidade estabelecidos	Agosto/2026	Coordenador: IEDE		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• MIR		

4.6 Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas

País	Brasil
Número e nome do compromisso	Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas

Breve descrição do compromisso	Definir, de forma intersetorial e participativa, um referencial curricular para a educação digital e midiática da pessoa idosa, garantindo seu protagonismo, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada.		
Coordenador do compromisso	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC		
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil	Outros (outros poderes, setor privado etc.)
	• Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL • Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI/SNDPI/MDHC • Ministério da Educação - MEC • Secretaria de Comunicação Social/ Presidência da República - Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole Digital/Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN • Instituto Palavra Aberta • Plataforma Pessoas Idosas com Justiça e Cidadania - PI-BRASIL • Rede Câmara • Safer Net Brasil • Universidade de Pernambuco - UPE	• Defensoria Pública da União - DPU
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027		
Marcos	1 – Criar um grupo de trabalho para coordenar e articular o mapeamento de referências, entidades e iniciativas 2 – Mapear referências acerca de habilidades para educação digital e midiática, e metodologias para participação efetiva de pessoas idosas 3 – Mapear entidades e especialistas com expertise e possível interesse em colaborar na criação do currículo 4 – Criar e publicar um repositório online de materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas 5 – Definir metodologia do processo de participação efetiva de pessoas idosas, garantindo diversidade regional, de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, perfis socioeconômicos e perfis de uso de tecnologia 6 – Criação de versão preliminar do currículo, garantindo a participação/escuta de pessoas idosas 7 – Consulta pública da versão preliminar do currículo 8 – Publicação da versão final do currículo 9 – Criar um evento/campanha de lançamento do currículo		

	10 – Implementar o referencial curricular na política de enfrentamento ao analfabetismo do MEC 11 – Criar um kit de conteúdos para disseminar o currículo para multiplicadores/as, entidades (governos, setor privado, sociedade civil, movimentos sociais), pessoas idosas, escolas 12 – Criar um curso de formação para multiplicadores/as, com o objetivo de implementar o currículo e disseminar competências e habilidades com população de pessoas idosas 13 – Estabelecer instrumentos/metodologias para avaliação qualitativa e de impacto das ações
--	--

RESULTADOS ALCANÇADOS

O compromisso 6 tem apresentado resultados expressivos e consistentes, especialmente no fortalecimento da articulação interinstitucional e na construção coletiva de bases sólidas para a promoção da educação digital e midiática voltada às pessoas idosas.

O grupo de trabalho, criado no marco 1, encontra-se ativo e em funcionamento, mantendo uma dinâmica constante de comunicação por e-mail, aplicativos de mensagens instantâneas e reuniões de trabalho, o que tem garantido o envolvimento e a continuidade das atividades.

Os marcos 2 e 3 resultaram em importantes avanços para o compromisso, com a realização e conclusão dos mapeamentos de referências, entidades e especialistas voltados à educação digital e midiática para pessoas idosas. Esses resultados possibilitaram a identificação de metodologias, boas práticas e atores estratégicos com potencial de contribuição execução das ações do compromisso. Embora concluídos, os mapeamentos são entendidos como instrumentos dinâmicos, passíveis de atualização contínua à medida que novas iniciativas, instituições e especialistas sejam identificados.

O marco 4 resultou na criação e publicação de um repositório online com materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas, disponível no site da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM/PR). Esse repositório constitui um importante instrumento de acesso e disseminação de conhecimento, reunindo conteúdos de referência e boas práticas na área.

O marco 5 foi igualmente concluído, com a definição da metodologia de participação efetiva das pessoas idosas, assegurando a diversidade regional, de gênero, raça/etnia, deficiência, perfis socioeconômicos e de uso de tecnologia. A metodologia foi documentada em um material elaborado coletivamente, que passou por comentários e validações dos participantes do GT e encontra-se publicamente disponível no portal da CGU.

O marco 6 conta com a finalização da versão preliminar do currículo de educação digital e midiática. O documento foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) para avaliação prévia, antes de sua submissão à consulta pública, conforme deliberação conjunta dos integrantes do GT.

REVISÃO DO COMPROMISSO

No âmbito do processo de revisão do compromisso 6, os participantes aprovaram um conjunto de ajustes voltados a aprimorar a viabilidade de execução das ações e a adequação dos produtos previstos. As alterações

incidiram tanto sobre prazos quanto sobre o escopo dos marcos, refletindo uma reorientação estratégica do compromisso.

Inicialmente, foram revisadas as datas de conclusão dos marcos 6, 7, 8, 9, 11, 12 e 13, em razão da necessidade de ampliação do tempo para adaptação dos conteúdos ao novo formato definido no marco 6. Essa alteração impacta diretamente os marcos subsequentes, uma vez que estão interligados em termos de desenvolvimento e entrega dos produtos.

No que se refere ao escopo, os participantes deliberaram pela substituição do formato originalmente previsto, um currículo, pelo desenvolvimento de um guia orientativo para a educação digital e midiática da pessoa idosa. A mudança busca conferir maior agilidade e viabilidade à execução do compromisso, uma vez que o novo formato dispensa a necessidade de validação pelo Ministério da Educação, permitindo o avanço mais célere das atividades previstas.

Em decorrência dessa redefinição, os marcos 6, 7, 8, 9, 11 e 12 tiveram seus nomes ajustados, de modo a refletir com maior precisão o novo produto a ser desenvolvido, bem como seu escopo, natureza e objetivos.

Adicionalmente, foi aprovada a exclusão do marco 10 — “Implementar o referencial curricular na política de enfrentamento ao analfabetismo do MEC” — tendo em vista que as competências relacionadas às dimensões curriculares não puderam ser priorizadas no âmbito do Ministério da Educação no momento. Assim, optou-se por direcionar os esforços para ações mais compatíveis com as atribuições institucionais dos atores envolvidos e com a viabilidade de execução do compromisso.

Por fim, o marco 13 teve seu órgão coordenador alterado, passando do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A mudança justifica-se pela maior aderência das competências institucionais da ANATEL ao objeto do marco, promovendo melhor alinhamento entre responsabilidades e resultados esperados.

As alterações aprovadas encontram-se refletidas no planejamento atualizado do compromisso. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados ao longo da execução, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS		
Marco 1 – Criar um grupo de trabalho para coordenar e articular o mapeamento de referências,	Grupo de trabalho constituído.	Concluído	Coordenador: DPU e Instituto Palavra Aberta		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• INSS • MDHC • MEC • Secom/PR	• Instituto Vero • Nic.br • PI-Brasil	

entidades e iniciativas				• SaferNet Brasil	
Marco 2 – Mapear referências acerca de habilidades para educação digital e midiática, e metodologias para participação efetiva de pessoas idosas	Documento(s) produzido que contenha o mapeamento das referências de habilidades e de metodologias.	Concluído	Coordenador: MEC		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• INSS • Secom/PR	• Instituto Palavra Aberta • Instituto Vero • Nic.Br • PI-Brasil • SaferNet Brasil	
Marco 3 – Mapear entidades e especialistas com expertise e possível interesse em colaborar na criação do currículo	Documento(s) produzido com a relação de entidades e especialistas.	Concluído	Coordenador: MDHC		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• INSS • MEC • Secom/PR		• DPU
Marco 4 – Criar e publicar um repositório online de materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas	Repositório online disponibilizado.	Concluído	Coordenador: SaferNet Brasil		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• Secom/PR	• Instituto Palavra Aberta • Instituto Vero • Nic.Br - CEWEB	
Marco 5 – Definir metodologia do processo de participação efetiva de pessoas idosas, garantindo diversidade regional, de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, perfis socioeconômicos e	Documento produzido com detalhamento da metodologia definida.	Concluído	Coordenador: MDHC		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• INSS • MEC • Secom/PR	• PI-Brasil	• DPU

perfis de uso de tecnologia					
Marco 6 – Criação de versão preliminar do Guia Orientativo para o Desenvolvimento de Competências Digitais e Midiáticas da Pessoa Idosa do Brasil	Documento preliminar do guia produzido.	Maio/2026	Coordenadores: DPU, MEC e Instituto Palavra Aberta		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• ANATEL • CNDPI • MDHC • Secom/PR	• ASHOKA • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UFRN • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • UPE	
Marco 7 – Consulta pública da versão preliminar do guia	Consulta pública realizada.	Maio/2026	Coordenador: SECOM/PR		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• ANATEL • CNDPI • MDHC • MEC	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • Instituto Palavra Aberta • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UPE	• DPU

Marco 8 – Publicação da versão final do guia	Documento final do guia publicado.	Agosto/2026	Coordenadores: Instituto Palavra Aberta; SaferNet Brasil e DPU		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• ANATEL • CNDPI • MDHC • MEC • Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • PI-Brasil • Rede Câmara • UPE	
Marco 9 – Criar um evento/campanha de lançamento do guia	Documento de comprovação (ou link de referência) disponibilizado.	Novembro/2026	Coordenador: Instituto Palavra Aberta		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• ANATEL • CNDPI • MDHC • MEC • Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UPE	• DPU
Marco 10 – Marco excluído					
Marco 11 – Criar um kit de conteúdos para disseminar o guia		Março/2027	Coordenadores: Instituto Palavra Aberta e SaferNet Brasil		
			Governos	Sociedade Civil	Outros

para multiplicadores/as, entidades (governos, setor privado, sociedade civil, movimentos sociais), pessoas idosas, escolas	Kit de conteúdos produzido.		• ANATEL • CNDPI • MDHC • MEC • Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UPE	• DPU
Marco 12 – Criar uma página web para disponibilização do guia orientativo, kit de materiais de divulgação, formulário de feedback do guia, e vídeos curtos com aspecto formativo	Página criada e materiais disponibilizados.	Julho/2027	Coordenador: MDHC		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• ANATEL • CNDPI • MEC • Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI • Instituto Metrópole - UFRN • Instituto Palavra Aberta • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UPE	• DPU
Marco 13 – Estabelecer instrumentos/metodologias para avaliação qualitativa e de impacto das ações	Documento(s) produzido com	Julho/2027	Coordenador: ANATEL		
			Governos	Sociedade Civil	Outros
			• CNDPI • MDHC • MEC • Secom/PR	• ASHOKA • Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - UFPI	• DPU

				• Instituto Metrópole - UFRN • Instituto Palavra Aberta • PI-Brasil • Rede Câmara • SaferNet Brasil • UPE	
--	--	--	--	--	--

4.7 Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar

País	Brasil		
Número e nome do compromisso	Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar		
Breve descrição do compromisso	Avaliar, aprimorar e ampliar o acesso aos serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, com o foco nos usuários		
Coordenador do compromisso	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA		
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil	
	• Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB • Controladoria-Geral da União - CGU • Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA • Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	• Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Regularização Fundiária - Asbraer • Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA • Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF • Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil - F- Faser/ Rede EMATER	

		• Observatório Brasileiro de Políticas Públicas - UFMG • Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação - RBMA • Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/Confederação Nacional de Agricultura - CNA
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027	
Marcos	1 – Avaliação inicial dos serviços de forma participativa 2 – Novo (s) ciclo(s) de avaliação(ões) 3 – Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação 4 – Realização de diagnóstico (pesquisa com usuários e análise heurística) e eventual redesenho do sistema do CAF por meio de parceria com o LABQ do MGI 5 – Aprimoramento da comunicação na carta de serviços 6 – Integração de dados com: • BCNPJ e BCPF • DATAPREV • CONECTA.GOV • CEP 7 – Plano de capacitação para colaboradores e usuários de serviços (CAF), considerando especificidades 8 – Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações 9 – Aprimoramento do CAF (CAF 3.0) 10 – Integração de todos os serviços do MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários	
RESULTADOS ALCANÇADOS		
O compromisso 7 do 6º Plano de Ação de Governo Aberto vem alcançando avanços substantivos na avaliação e aprimoramento do serviço público do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) do MDA, que é a porta de entrada para acesso a outras ações e programas oferecidos pelo Ministério. No âmbito do marco 1, foi concluída a Jornada do Usuário do serviço do CAF, permitindo uma avaliação inicial participativa dos serviços. Além disso, foi formalizado o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MDA e a Enap, com o objetivo de implementar o processo de Teoria de Mudança no CAF. Essa iniciativa visa desenvolver uma metodologia que fortaleça o alinhamento estratégico, o monitoramento e a avaliação das ações, previstas nos marcos 2 e 3. Em relação ao marco 4, voltado à realização de diagnóstico e redesenho do sistema CAF, o LabQ/MGI elaborou Relatório de UX (experiência do usuário), no qual apresentou a análise do sistema CAF 3.0, com foco na usabilidade, acessibilidade e eficiência das principais funcionalidades, com o objetivo de aprimorar a interface do sistema sob a perspectiva do usuário, bem como identificar oportunidades de melhoria alinhadas às boas práticas de design centrado no usuário.		

O marco 5, que trata do aprimoramento da comunicação na carta de serviços, foi executado por meio de trabalho coletivo, com a participação de diferentes áreas do MDA, voltado à atualização dos textos sobre os serviços disponíveis no portal Gov.br, com a adoção de linguagem simples, de modo a possibilitar a compreensão e o uso das informações pelos beneficiários. Adicionalmente, foram publicados, no sítio eletrônico do ministério, dois formatos distintos da Carta de Serviços do MDA, com o objetivo de facilitar o acesso às informações públicas e tornar mais clara a leitura do documento.

O marco 6 trouxe outro resultado expressivo, a integração do sistema CAF 3.0 às bases de dados: BCNPJ, BCPF, DATAPREV, CONECTA.GOV e CEP, fortalecendo a interoperabilidade e a eficiência do sistema.

No que se refere ao marco 7, voltado à capacitação de colaboradores e usuários, foi estruturado um plano de formações regulares sobre o sistema CAF até o final do ano. Em 2025, foram realizadas treze turmas do curso assíncrono “Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)”, disponibilizado na plataforma da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), ampliando o alcance e o conhecimento sobre o novo sistema.

Por fim, destacam-se dois resultados de grande impacto: o lançamento do novo sistema CAF 3.0, marco 9, e a integração dos serviços do MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários, realizada no marco 10. Essa integração já foi concluída para os serviços digitais disponíveis no portal Gov.br.

REVISÃO DO COMPROMISSO

No âmbito do processo de revisão do compromisso 7, foram apresentadas sugestões de ajuste que, após debate na oficina de revisão, foram acatadas pelos responsáveis e incorporadas ao planejamento atualizado do compromisso, com o objetivo de conferir maior clareza, precisão e alinhamento às entregas previstas.

No marco 5, foi realizada a alteração de sua denominação, que passou de “Aprimoramento da comunicação na carta de serviços” para “Aprimoramento da comunicação na carta de serviços do MDA”. A mudança visa explicitar o órgão responsável pela ação, promovendo maior clareza quanto à sua vinculação institucional e facilitando a identificação do escopo de atuação.

O marco 7 também passou por ajustes. Seu nome foi alterado de “Plano de capacitação para colaboradores e usuários de serviços (CAF), considerando especificidades” para “Curso de capacitação para colaboradores e usuários do serviço CAF”. A alteração busca tornar mais preciso o escopo da ação, substituindo a expressão “plano de capacitação” por “curso de capacitação”, alinhando a redação ao formato concreto do produto a ser entregue. Além disso, o resultado esperado foi revisado, passando de “Plano de capacitação elaborado” para “Lançamento do curso de capacitação assíncrono Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)”. O ajuste confere maior clareza e objetividade à entrega do marco, evidenciando que o resultado corresponde ao lançamento efetivo do curso.

As alterações aprovadas encontram-se refletidas no planejamento atualizado do compromisso. Ressalta-se que esse planejamento também incorpora ajustes previamente realizados durante a execução dos marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução ao longo da implementação.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO			
MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS
Marco 1 - Avaliação inicial dos serviços de forma participativa	Diagnóstico inicial levantado. Recomendações de melhorias. Projeto da Jornada do Usuário elaborado.	Concluído	Coordenador: CGU
			Governos Sociedade Civil
			• MGI • MDA • RBMA
Marco 2 – Novo (s) ciclo(s) de avaliação(ões)	Relatório(s) de avaliação(ões) concluídos. Indicadores de desempenho e resultados criados.	Agosto2026	Coordenador: MDA
			Governos Sociedade Civil
			• ENAP
Marco 3 – Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação	Plano de monitoramento e avaliação elaborado.	Dezembro/2026	Coordenador: RBMA
			Governos Sociedade Civil
			• CGU • MDA • UFMG
Marco 4 - Realização de diagnóstico (pesquisa com usuários e análise heurística) e eventual redesenho do sistema do CAF por meio de parceria com o LABQ do MGI.	Diagnóstico realizado. Projeto para revisão do CAF elaborado.	Concluído	Coordenador: MGI
			Governos Sociedade Civil
			• MDA
Marco 5 – Aprimoramento da comunicação na carta de serviços do MDA	Comunicação da carta de serviços aprimorada.	Concluído	Coordenador: MDA
			Governos Sociedade Civil
			• MGI

Marco 6 - Integração de dados com: • BCNPJ e BCPF • DATAPREV • CONECTA.GOV • CEP	Integração realizada. Projeto de divulgação e qualificação da rede elaborado.	Concluído	Coordenador: MDA	
			Governos	Sociedade Civil
			• MGI	
Marco 7 – Curso de capacitação para colaboradores e usuários do serviço CAF	Lançamento do curso de capacitação assíncrono Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0	Concluído	Coordenador: MDA	
			Governos	Sociedade Civil
			• MAPA	• ASBRAER • CONTRAF • FASER
Marco 8 – Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações	Relatório de acompanhamento da implementação das recomendações de avaliações concluído.	Julho/2027	Coordenador: UFMG	
			Governos	Sociedade Civil
			• CGU • MDA	• ASBRAER • CONTRAF • FASER • SENAR • ABRA
Marco 9 – Aprimoramento do CAF (CAF 3.0)	Plano de Aprimoramento do CAF concluído. Relatório de evolução das etapas elaborado.	Concluído	Coordenador: MDA	
			Governos	Sociedade Civil
Marco 10 - Integração de todos os serviços do MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários	Integração realizada. Relatórios de execução e entregas.	Concluído	Coordenador: MDA	
			Governos	Sociedade Civil
			• MGI	

4.8 Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios

País	Brasil	
Número e nome do compromisso	Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios	
Breve descrição do compromisso	Estabelecer uma rede colaborativa de formação de agentes territoriais para potencializar a participação social com educação popular, digital e midiática, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.	
Coordenador do compromisso	Secretaria Nacional de Participação Social - SNPS/SG-PR	
Responsáveis	Governo	Sociedade Civil
	• Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - APSD/MGI • Ministério da Saúde (Secretaria de Informação e Saúde Digital) - SEIDIGI/MS • Ministério da Saúde (Secretaria Executiva/Departamento da Gestão Interfederativa e Participativa) - SE/MS • Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - SFDT/MDA • Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Assistência Social) - SNAS/MDS	• Angola Comunicação • Associação Brasileira de ONGs - ABONG • Coalizão Direitos na Rede • Escola Nacional de Formação da CONTAG - ENFOC • Escola Nacional Paulo Freire • Instituto Palavra Aberta • Nossas • Rede Brasileira de Orçamento Participativo - OIDP
Período	01 janeiro de 2024 a 30 de dezembro de 2027	
Marcos	1 – Mapear e integrar/articular as políticas públicas de agentes territoriais para esta agenda 2 – Mapear entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento das políticas públicas como forma de identificação territorial para promoção da participação social 3 – Definir/mapear os territórios saudáveis/sustentáveis 4 – Mapear movimentos e práticas de educação popular nos territórios 5 – Articular os movimentos sociais, sindicais e populares para as ações do Plano de Ação de Governo Aberto 6 – Articular rede aberta e colaborativa para formação de agentes territoriais 7 – Realizar encontros com organizações, instituições e movimentos sociais que atuam com	

	educação popular 8 – Elaborar diretrizes e propor ações comuns para formação de agentes territoriais com educação popular, digital e midiática 9 – Promover formações em educação e letramento crítico, midiático e digital em territórios 10 – Realizar processos formativos de participação popular com fortalecimento da democracia em territórios 11 – Construir campanha de comunicação que reforce processos de participação popular já existentes 12 – Construir um mutirão nacional com participação e mobilização social 13 – Monitorar e acompanhar as ações implantadas
--	---

RESULTADOS ALCANÇADOS

Durante a execução do compromisso 8 do 6º Plano de Ação de Governo Aberto, foram realizadas diversas atividades incluindo levantamentos, articulações, reuniões, encontros, seminários e oficinas que promoveram espaços de diálogo e troca de experiências sobre a importância da participação social e da educação popular como fundamentos estruturantes das políticas públicas. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da gestão compartilhada, a inclusão de sujeitos historicamente excluídos do ciclo das políticas públicas e a valorização do protagonismo popular.

Observou-se um avanço significativo no mapeamento de atores e nas possibilidades de articulação de uma rede colaborativa para formação de agentes territoriais, com foco em potencializar a participação social e integrar a educação popular, digital e midiática. A constituição desta rede tem grande potencial para promover territórios mais saudáveis e sustentáveis em todo o país.

As ações implementadas no contexto do compromisso favoreceram processos de articulação e diálogo sobre a noção de território, contribuindo para a compreensão coletiva de seus aspectos relacionados à importância da participação social nas políticas públicas.

No que se refere ao marco 1, foi concluído o mapeamento consolidado referente à identificação de políticas públicas voltadas para ações formativas e territoriais, permitindo maior articulação entre as diferentes iniciativas existentes.

Realizou-se, no âmbito do marco 2, o mapeamento de entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento de políticas públicas, com o objetivo de fortalecer a identificação territorial e ampliar a participação social. Em dezembro de 2024, o mapeamento foi atualizado, ampliando a cobertura de 17,2% para 37,7% dos municípios brasileiros, representando um avanço de aproximadamente 20 pontos percentuais.

Em relação ao marco 3, cujo objetivo é definir e mapear territórios saudáveis e sustentáveis, o Ministério da Saúde contratou pesquisadores para elaborar um documento técnico com análise e síntese de evidências científicas. O estudo, estruturado em revisão de escopo, análise conceitual e georreferenciamento de indicadores, considerou determinantes de saúde, condições socioeconômicas, acesso a serviços, sustentabilidade ambiental e participação comunitária. O mapeamento georreferenciado integrou indicadores como mortalidade infantil, cobertura da Atenção Primária à Saúde, desmatamento na Amazônia Legal, unidades de conservação e

territórios indígenas, quilombolas e rurais, permitindo a visualização estratégica de padrões críticos. Os resultados foram apresentados em abril de 2024 e serão debatidos com as secretarias finalísticas para subsidiar políticas públicas intersetoriais.

O marco 4 foi concluído com êxito, com a realização do mapeamento dos movimentos e práticas de educação popular em saúde nos territórios, conforme previsto no planejamento.

Em relação ao marco 5, as ações encontram-se em andamento. Até o momento, foram articulados 1.112 movimentos sociais distribuídos nas 27 unidades da Federação, organizados nos Fóruns de Participação Social. Essa articulação envolve movimentos sociais, redes de educadores populares e outros atores dos diversos campos da participação social, fortalecendo o diálogo e a mobilização em torno das políticas públicas de participação social.

No âmbito do marco 7, foram realizadas cinco edições dos Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular, abrangendo todas as regiões do país. Os encontros atenderam às metas estabelecidas e contaram com ampla participação de organizações, instituições e movimentos sociais, sobretudo daquelas mapeadas no contexto do marco 4, fortalecendo o diálogo e a cooperação intersetorial.

O marco 13 que trata do monitoramento e transparência das ações encontra-se em andamento. Além das reuniões trimestrais, o grupo de monitoramento vem sendo atualizado por meio de um grupo de comunicação instantânea sobre os avanços dos marcos do compromisso, garantindo o acompanhamento dos avanços. As entregas formais previstas serão disponibilizadas em transparência ativa, e a execução das atividades segue o cronograma estabelecido para o período de vigência do plano.

REVISÃO DO COMPROMISSO

O compromisso 8 não recebeu sugestões de alteração ao longo das etapas do processo de revisão do plano, e os participantes das oficinas de revisão avaliaram não haver necessidade de promover ajustes em seu escopo, marcos ou entregas previstas.

Contudo, durante a execução do compromisso, foram realizados ajustes pontuais nas datas de previsão de conclusão de alguns marcos, conforme registrado nos Relatórios de Status de Execução. Essas alterações tiveram como objetivo adequar o cronograma à dinâmica de implementação das atividades, garantindo maior realismo e viabilidade na execução.

As atualizações encontram-se refletidas no planejamento atualizado do compromisso apresentado a seguir.

PLANEJAMENTO DO COMPROMISSO

MARCOS	RESULTADOS ESPERADOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	
Marco 1 – Mapear e integrar/articular as políticas	Mapeamento consolidado e integração de	Concluído	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil

públicas de agentes territoriais para esta agenda	políticas públicas de agentes territoriais realizada		• MGI • MS	
Marco 2 – Mapear entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento das políticas públicas como forma de identificação territorial para promoção da participação social	Mapeamento realizado	Concluído	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil
			• MDS • MGI	
Marco 3 – Definir/mapear os territórios saudáveis/sustentáveis	Territórios saudáveis/sustentáveis mapeados	Concluído	Coordenador: MS	
			Governos	Sociedade Civil
			• SNPS/SG-PR	
Marco 4 – Mapear movimentos e práticas de educação popular nos territórios	Mapeamento realizado	Concluído	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil
			• MS	• ABONG • Angola Comunicação
Marco 5 – Articular os movimentos sociais, sindicais e populares para as ações do Plano de Ação de Governo Aberto	Movimentos articulados	Junho/2027	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil
			• MDS	
Marco 6 – Articular rede aberta e colaborativa para formação de agentes territoriais	Rede mobilizada	Agosto/2026	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil
			• MS	• ENFOC/ CONTAG • Escola Nacional Paulo Freire

Marco 7 – Realizar encontros com organizações, instituições e movimentos sociais que atuam com educação popular	Encontros realizados	Concluído	Coordenador: ENFOC/CONTAG	
			Governos	Sociedade Civil
			• MDS • MS • SNPS/SG-PR	• Escola Nacional Paulo Freire
Marco 8 – Elaborar diretrizes e propor ações comuns para formação de agentes territoriais com educação popular, digital e midiática	Diretrizes elaboradas e ações comuns de formação propostas aos órgãos responsáveis pela execução das políticas de agentes territoriais	Concluído	Coordenador: Escola Nacional Paulo Freire	
			Governos	Sociedade Civil
			• MDS • MGI • MS • SNPS/SG-PR	• ENFOC/CONTAG • Instituto Palavra Aberta
Marco 9 – Promover formações em educação e letramento crítico, midiático e digital em territórios	Formações realizadas	Junho/2027	Coordenador: ABONG	
			Governos	Sociedade Civil
			• MDS • MS	• Angola Comunicação • Coalizão Direitos na Rede • Instituto Palavra Aberta
Marco 10 – Realizar processos formativos de participação popular com fortalecimento da democracia em territórios	Processos formativos implementados	Junho/2027	Coordenador: Escola Nacional Paulo Freire	
			Governos	Sociedade Civil
			• MGI • MS • SNPS/SG-PR	• ABONG • Coalizão Direitos na Rede • ENFOC/CONTAG

				• Instituto Palavra Aberta • NOSSAS
Marco 11 – Construir campanha de comunicação que reforce processos de participação popular já existentes	Campanha de comunicação elaborada	Dezembro/2026	Coordenador: NOSSAS	
			Governos	Sociedade Civil
				• Angola Comunicação
Marco 12 – Construir um mutirão nacional com participação e mobilização social	Mutirão realizado	Junho/2026	Coordenador: ENFOC/CONTAG	
			Governos	Sociedade Civil
			• MS	• Coalizão Direitos na Rede • Escola Nacional Paulo Freire
Marco 13 – Monitorar e acompanhar as ações implantadas	Ações monitoradas e acompanhadas	Junho/2027	Coordenador: SNPS/SG-PR	
			Governos	Sociedade Civil

ANEXO I - CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES RECEBIDAS

CONTRIBUIÇÕES E SUGESTÕES RECEBIDAS NO PROCESSO DE REVISÃO DO 6º PLANO DE AÇÃO

Este anexo reúne as contribuições e sugestões recebidas ao longo das etapas de revisão do 6º Plano de Ação Nacional. As contribuições analisadas tiveram três origens distintas: o formulário eletrônico da etapa Análise do Progresso do Plano, a 4ª Edição do Diálogo com a Sociedade Civil e a consulta pública realizada na plataforma Brasil Participativo.

As sugestões são apresentadas de forma individualizada conforme originalmente recebidas. São indicadas também a etapa na qual foi recebida, bem como a análise realizada durante as oficinas de cocriação. Também são apresentadas as justificativas para a aceitação ou não das propostas. Ressalta-se que, no âmbito das oficinas, foram consideradas apenas as sugestões que poderiam ensejar alterações nos compromissos e em seus marcos. As contribuições relacionadas a atividades de gestão, por sua vez, foram encaminhadas aos respectivos coordenadores dos compromissos, que poderão incorporá-las na execução das atividades, conforme sua pertinência e necessidade.

Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Foco na implementação, inclusive institucionalização, das mudanças propostas e permanência das ações de transparência e participação social em infraestrutura.	Os participantes consideraram que as sugestões expressam uma orientação, um norte conceitual para a coordenação e execução do compromisso e que já se encontram contempladas em seu escopo. Dessa forma, não se identificou a necessidade de alterações na redação do compromisso ou de seus marcos.
Diálogo com a Sociedade Civil	(Compromisso) Uma questão importante para o Compromisso 1 é avançar na institucionalização de mudanças estruturantes de transparência e participação social nas políticas de infraestrutura de transportes e energia.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Ademais, entendo que o Compromisso 1 deve se voltar a deixar legados, mudanças significativas na participação social e transparência sobre infraestrutura. Quais seriam as ações estratégicas para isso? Entendo que a CGU poderia ajudar a pensar nisso, de forma	

	transparente e ética, pois é esse o tipo de transformação institucional que se busca com o Compromisso e que pode, caso não haja essa preocupação, ser esquecido tão logo o Compromisso acabe.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Integração entre ações previstas no Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) que tenham relação com os marcos, buscando unir e fortalecer as iniciativas, como: expansão do Obras.gov no governo federal e para estados e municípios, acompanhamento estratégico do novo PAC, melhoria da qualidade dos dados sobre as etapas do processo de contratação pública, disponíveis em transparência ativa, aprimoramento da transparência em recursos e pagamentos públicos em obras identificadas pela marca do Governo Federal, aprimoramento normativo da LAI e fomento ao controle social e à fiscalização cidadã das obras do PAC nos estados e municípios.	A sugestão foi aceita. Entendeu-se que ela deve ser direcionada ao marco 7, ainda não iniciado. Ao executar as ações do marco, deve-se considerar a existência de ações não apenas do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC), mas também os planos de dados abertos, o planejamento estratégico dos órgãos etc. Houve sugestão de ajuste no título do marco 7, o qual passará a ser: “Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura, em convergência com as ações de promoção da integridade e transparência já realizadas pelos ministérios relacionados.”
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Inclusão da política energética na esfera de atuação do Compromisso 1, com foco em transparência e participação nas etapas de elaboração do Plano Nacional de Transição Energética, tendo em vista as questões identificadas por redes e organizações da sociedade civil: veja: https://gt-infra.org.br/transicao-energetica-justa-e-popular-sociedade-civil-pede-ao-brasil-lideranca-pelo-exemplo-na-cop-30/ .	As sugestões foram consideradas relevantes, porém não foram acolhidas em razão de envolver competências específicas do Ministério de Minas e Energia (MME), que não estava presente na reunião. Do mesmo modo, foi apontado que seria necessário avaliar capacidades operacionais dos participantes do grupo. Avaliou-se, ainda, que eventuais encaminhamentos podem ser tratados no âmbito dos marcos já existentes, sem necessidade de criação de novo marco.
Diálogo com a Sociedade Civil	(Compromisso) Na próxima fase do Compromisso 1, temos conversado sobre a possibilidade de abordar o tema transição energética justa, à luz	

	das políticas nacionais e discussões no âmbito da COP 30.	Encaminhamento:
Consulta Pública	(Compromisso) Você tem ideias de novas ações ou iniciativas (marcos) que poderiam ajudar a melhorar os compromissos atuais? Quais? “Inclusão do tema “Transição Energética Justa” no Compromisso 1, considerando a sua relevância estratégica para o país, e as dificuldades históricas de transparência e participação em políticas públicas para o setor de energia. - Contribuir para propostas de internalização do direito a consulta livre, previa e informada nos processos decisórios sobre políticas, planos e projetos de infraestrutura. - Institucionalização de instrumento como Avaliação Ambiental Estratégica, com metodologia participativa, para aplicar ao planejamento de corredores logísticos, capaz de analisar impactos sinérgicos e cumulativos, e alternativas”.	A CGU estabelecerá diálogo com o MME para verificar o interesse institucional e, oportunamente, dar devolutiva sobre a possibilidade de encaminhamento da pauta em instância adequada.
	(Compromisso) Institucionalização de instrumento como Avaliação Ambiental Estratégica, com metodologia participativa, para aplicar ao planejamento de corredores logísticos, capaz de analisar impactos sinérgicos e cumulativos, e alternativas”.	A sugestão pode ser discutida no âmbito do marco 2, voltado ao aprimoramento normativo, respeitadas as competências e capacidade operacional dos envolvidos. Assim, não há necessidade de alteração ou criação de um novo marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Eu acho que seria uma grande entrega do Compromisso que, assim como o Ministério de Transportes aterrissou modificações em seu planejamento setorial com vistas a incorporar outros meios de participação social que não apenas a consulta pública, bem como realizou eventos de forma colaborativa com a sociedade civil sobre temas importantes ao desenvolvimento do seu plano setorial de longo prazo (PNL 2050), o MME e o MPOR também seguissem esse exemplo e exercitassem	A CGU estabelecerá diálogo para avaliar a possibilidade de ampliação do engajamento dos órgãos já participantes ou incentivar a adesão daqueles que ainda não integram o compromisso, considerando suas respectivas competências. A CGU informará os participantes e, caso necessário, será realizada reunião para definir os próximos

	ainda no prazo do Compromisso 1, algum tipo de colaboração maior com a sociedade civil.	encaminhamentos. Os órgãos citados não participaram da reunião.
Diálogo com a Sociedade Civil	(Compromisso) Na mesma linha, uma questão chave é que planos setoriais como o PNL 2050, com critérios consistentes, sirvam de fato na escolha de projetos prioritários de infraestrutura.	A sugestão apresenta diretrizes de caráter orientador, já contempladas na discussão do marco 1, especialmente no que se refere às boas práticas previstas. Não são necessários ajustes adicionais no compromisso ou em seus marcos.
Consulta Pública	(Compromisso) O que você acha que poderia ser melhorado na execução do 6º Plano de Ação? “No que se refere ao Compromisso 1 (Transparência e Participação Social em grandes obras de infraestrutura): - Envolvimento de órgãos federais que ainda não se engajaram no processo, como a Casa Civil/PR, TCU e o BNDES. - Foco para o fortalecimento de vínculos obrigatórios entre processos de seleção de projetos a serem encaminhados ao PPA, PPI e PAC e o planejamento setorial, a exemplo do PNL 2050”.	Assim como nas sugestões anteriores, a sugestão tem caráter orientador e não enseja alteração nos marcos ou no compromisso. Novos órgãos podem ser estimulados a se engajar no processo, a depender de suas competências e capacidades operacionais.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Expansão do prazo de execução do marco até o final de 2027 para que a melhoria no sistema e a abertura de novas bases de dados seja contínua até o final do Plano.	A sugestão foi aceita, tendo em vista que a prorrogação do prazo de conclusão é necessária para garantir a execução adequada das atividades e entrega do novo sistema que está sendo desenvolvido.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) No âmbito do marco 3 prorrogar o prazo de execução até o final de 2027 para que a melhoria no sistema e a abertura de novas bases de dados seja contínua até o final do Plano.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Previsão de uma nova rodada de proposição e implementação de melhorias, considerando o prazo de execução do compromisso.	O MGI informou que se encontra em desenvolvimento o novo módulo Obras 2.0, integrado ao ObrasGov 2.0, o qual incorporará funcionalidades avançadas, como georreferenciamento, inteligência artificial e diversas melhorias já

		anteriormente sugeridas pelo grupo no âmbito do compromisso. Esses e outros aprimoramentos estão sendo implementados diretamente no novo sistema, em sintonia com os ditames do Acórdão 2134/2023-Plenário, que trata de obras paralisadas. Nesse contexto, o MGI indicou não ser possível acolher novas proposições de melhorias no sistema atualmente em uso, além daquelas que já haviam sido feitas. Como devolutiva, o MGI encaminhará relatório contendo informações sobre os desenvolvimentos em curso no novo sistema e resultados das sugestões enviadas pelo grupo. Houve entendimento de que o assunto pode ser discutido no âmbito do marco, não sendo necessário ajustes no escopo da revisão do plano.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) CoST é uma organização multissetorial. Atuamos em colaboração com governos, sociedade civil e setor privado, criando espaços neutros para a implementação de políticas de infraestrutura. Podemos apoiar na proposição de uma governança para esse espaço de diálogo e colaboração.	Avaliou-se que a atuação do MGI permanece limitada ao escopo de suas competências institucionais, sendo mais adequada sua participação como colaborador no marco por meio da Rede de Parcerias. Ademais, discutiu-se que a coordenação do marco deveria ser exercida pelo órgão responsável pela política de participação social, a Secretaria-Geral da Presidência da República. No entanto, como não havia representante da SGPR na reunião, acordou-se que a CGU buscaria interlocução com a SGPR para tratar o assunto. No âmbito da execução, caberá aos integrantes definirem conjuntamente
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Fica como sugestão o convite e inclusão da SEPPI da Casa Civil no marco.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Minha sugestão é que a CGU torne-se coordenadora junto ao MGI.	

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Acreditamos que a liderança desse marco deve ser realizada pela CGU, dada a sua competência transversal de fomento ao governo aberto.	a melhor forma de desenvolvimento das ações, inclusive por meio de articulação em rede.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Além disso, acreditamos que o escopo do marco deva prever a institucionalização da participação social em infraestrutura por meio de normativa, buscando garantir perenidade para o espaço.	Em relação à atuação da sociedade civil, o MGI reforçou a importância de as entidades participarem da Rede de Parcerias. Participantes pontuaram as oportunidades de avanço na área de participação social e sublinharam a importância da participação da Secretaria-Geral da Presidência. Encaminhamento: A CGU, por meio da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (SNAI), estabelecerá contato com a Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), da Secretaria-Geral da Presidência, com o objetivo de fortalecer sua participação no compromisso como um todo e, de forma específica, viabilizar a atuação na coordenação do marco 5, considerando que o órgão é o responsável pela política de participação.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Incorporação no escopo do marco de ações de incidência e diálogo para o fomento à implementação das recomendações presentes na nota técnica com consequente expansão do prazo de execução.	A CGU compartilhou informações sobre a gestão do Portal da Transparência e sobre a priorização de melhorias resultantes de decisões judiciais, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Implementação dos aprimoramentos no Portal da Transparência pela CGU, considerando que é o órgão gestor do Plano de Ação, e que isso implicaria em um primeiro avanço concreto de transparência do compromisso.	(transparência e rastreabilidade de emendas parlamentares) ou de obrigações legais, como foi o caso da divulgação dos beneficiários do Programa Gás do Povo. Assim, há uma limitação de capacidade operacional para inclusão

		discrecional de outras informações e consultas. De todo modo, a CGU comprometeu-se a dar devolutiva sobre as sugestões de aprimoramento do Portal da Transparência enviadas no âmbito do compromisso, indicando quais poderão ser implementadas e em qual prazo. Houve proposta de reabrir o marco, já concluído. Porém, a sugestão não foi acolhida, tendo em vista que o marco está concluído com a elaboração e publicação da nota técnica. Ressaltou-se, contudo, que os esforços já empreendidos podem seguir sendo desenvolvidos.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 8) Sugiro que o Marco 8 seja modificado em seu objetivo, que seja de articular atores governamentais que estão e que não estão diretamente envolvidos no Compromisso 1, mas que sejam importantes para o andamento das ações previstas em outros marcos, bem como de ações finalísticas que tem sido levadas à cabo por parcerias entre o governo e a sociedade civil que nasceram no âmbito do compromisso 1, como a agenda da logística para sociobiodiversidade, que foi parcialmente acolhida pelo Ministério de Transportes, mas que depende do envolvimento de outras pastas para seu encaminhamento no âmbito do PNL 2050.	O marco ainda não foi iniciado. As sugestões não foram acolhidas por envolver atribuições de competência da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), órgão responsável pela coordenação do marco, que não estava presente na reunião. Encaminhamento: A CGU estabelecerá diálogo com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) com o objetivo de fortalecer sua participação no Plano, bem como encaminhar as sugestões recebidas no processo de revisão.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 8) O Marco 8 também poderia contribuir para a realização de outros eventos entre sociedade civil e governo, no que tange a questão ambiental nos planejamentos setoriais, como do MME e do MPOR, convocando para isso o envolvimento do MMA também.	

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 9) Incorporação no escopo do marco de ações de incidência e diálogo para o fomento à implementação das recomendações presentes no relatório com consequente expansão do prazo de execução.	A sugestão de alteração do prazo de conclusão de para dezembro de 2026 justifica-se pela necessidade de ampliação do período de execução, a fim de viabilizar a adequada execução das atividades previstas no marco. Conforme mencionado, foi realizado diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal no âmbito do marco. A CGU sinalizou que prestará devolutiva sobre alternativas de ações a serem feitas a partir do diagnóstico inclusive com a consideração de ações passíveis de implementação após o período de vigência do Plano. Não foi necessário alterar a redação do marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Sugestão de novo marco) Marco específico sobre elaboração de proposta de alteração no decreto federal de regulamentação da LAI incluindo dispositivos gerais de transparência de infraestrutura, a serem regulamentados em norma específica (que seria a proposta normativa construída no âmbito do marco 09).	A sugestão não foi acolhida, tendo em vista que a CGU apontou que a construção de uma norma específica sobre transparência em infraestrutura deveria incluir amplamente atores da área, o que não ocorre no compromisso na forma como ele está sendo estruturado.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Sugestão de novo marco) Realização ou fomento a ações de controle social, incluindo auditorias cidadãos dos investimentos e planos de infraestrutura federal.	Houve a avaliação de que a sugestão pode ser tratada no âmbito do marco 8, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR). Assim, a sugestão será levada à coordenação do marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Sugestão de novo marco) Acompanhamento e elaboração de contribuições aos planos de integridade e de dados abertos dos órgãos e entidades federais responsáveis por políticas,	A sugestão não foi acolhida, tendo em vista que os normativos vigentes já contemplam diretrizes específicas, a exemplo da participação social

	planos e obras de infraestrutura, visando reforçar os mecanismos de integridade e a abertura de dados-chave necessários para o controle social	obrigatória para elaboração dos Planos de Dados Abertos (PDA). Sugere-se que a temática seja acompanhada no âmbito do marco 7, por meio do mapeamento dos órgãos que se encontram na janela de elaboração de seus Planos de Dados Abertos até 2027 e que a CGU atue de forma orientadora, inclusive no âmbito do CGINDA, para incentivar que órgãos com atuação relevante em infraestrutura considerem, na definição de prioridades, a abertura e o fortalecimento de bases finalísticas do setor. Avaliou-se que o avanço da temática não depende da criação de novo marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Maior diálogo e integração entre os diversos marcos, visando potencializar as ações realizadas.	Trata-se de sugestões relacionadas à gestão do compromisso, as quais não implicam alteração no texto do Plano. Dessa forma, as contribuições foram encaminhadas à coordenação do compromisso para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Maior articulação com os marcos 2, 5, 6, 8 e 9.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Maior articulação com os marcos 5 e 9.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Estabelecimento de cronograma de reuniões periódicas para todo o ano, como parte integrante do Plano de Ação elaborado, com objetivo de acompanhar a implementação das sugestões já realizadas e espaço de proposição de novas melhorias.	

Formulário – Análise do Progresso do Plano	Fomento a interlocução direta do grupo responsável pelo marco junto ao CGPAC e à Casal Civil, possibilitando a apresentação periódica de recomendações de melhorias em transparência e participação social e ações em colaboração.	
Consulta Pública	Como o governo pode incentivar mais a participação da sociedade civil na execução dos compromissos? “Mais eventos para receber contribuições de representantes de movimentos sociais, a exemplo do seminário “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social” realizado em setembro de 2024”.	
Consulta Pública	Você conhece algum órgão ou instituição da sociedade civil que poderia ajudar a fortalecer a execução dos compromissos? Quais? “Existem membros do GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental que poderiam contribuir para o Plano de Ação, especialmente no Compromisso 1, que ainda não se engajaram. Poderíamos colaborar com a CGU para ampliar a divulgação do Plano de Ação neste sentido”.	
Consulta Pública	Você tem sugestões de mudanças nas ações e etapas (marcos) dos compromissos para que eles tragam melhores resultados? “Garantia de maior integração entre os marcos do Compromisso 1, tanto em termos conceituais como operacionais. - No Marco 7, desenvolver material didático e treinamentos com gestores públicos sobre a importância da transparência e participação para a qualidade de políticas de infraestrutura, assim como meios práticos para avançar na sua implementação”.	
Outros	Inclusão de novo marco voltado à avaliação e disponibilização de informações sobre infraestrutura em consulta específica do Portal	Em atenção à sugestão apresentada, esclarecemos que:

	da Transparência, com execução prevista até dezembro de 2027	O Portal da Transparência do Governo Federal conta com planejamento de ações que contempla tanto iniciativas de aprimoramento das informações, como de manutenção das consultas já disponibilizadas, estruturado de acordo com a capacidade operacional para desenvolvimento e priorização de novas entregas. Nesse sentido, a priorização para desenvolvimento se encontra, no momento, comprometida pelo atendimento a demandas de natureza legal (a exemplo da transparência de programas como Pé-de-Meia e Gás do Povo), por determinações judiciais (como as decorrentes da ADPF 854, relativa à transparência de emendas parlamentares) e pelo cumprimento de Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que também direcionam parcela relevante da capacidade técnica do órgão. Diante desse cenário, a Controladoria-Geral da União (CGU) reconhece a relevância da temática de infraestrutura para a agenda de transparência ativa e informa que ela permanece no horizonte de ações a serem consideradas para inclusão em ciclos futuros de desenvolvimento do Portal. Contudo, em razão dos citados fatores, não é possível, neste momento, assumir a inclusão de dados de infraestrutura como marco específico do 6º Plano de Ação, com o prazo sugerido. A CGU reafirma seu compromisso com a transparência ativa dos gastos públicos e com o diálogo contínuo com a sociedade civil sobre a evolução das prioridades do Portal da Transparência.
--	---	--

Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Fortalecimento do engajamento das organizações da sociedade civil e ministérios participantes do compromisso para que haja avanços na execução das atividades planejadas.	Trata-se de sugestões relacionadas à gestão do compromisso, as quais não implicam alteração no texto do Plano. Dessa forma, as contribuições foram encaminhadas à coordenação do compromisso para análise e adoção das providências consideradas necessárias
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Maior diálogo e interação entre os diversos marcos, visando potencializar as ações realizadas.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Compromisso) Realização de reuniões periódicas de trabalho em relação aos marcos do compromisso.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Foco na implementação das mudanças propostas e perenidades das ações de abertura de dados para o combate à corrupção.	Sugestão aceita. A efetividade do compromisso depende da implementação consistente das mudanças aprovadas e da garantia de perenidade das ações de abertura de dados. Nesse contexto, entendeu-se pertinente alterar o nome do marco 6 para refletir essa perspectiva, incorporando a apresentação dessas ações no âmbito do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), de modo a contribuir para a continuidade, o aprimoramento e o acompanhamento dos dados estratégicos.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 2) Alteraria apenas o prazo, indicando talvez o final do Plano de Ação.	Sugestão aceita, pois a catalogação de dados estratégicos é uma atividade contínua, que demanda atualização permanente, justificando a ampliação do prazo de conclusão.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Talvez fosse importante disponibilizar no portal dados.gov.br algum nível de curadoria, identificando e dando destaque para conjuntos de dados mais relevantes e que são mais abrangentes. O MGI, enquanto órgão central, tem alguns Datasets bem	As iniciativas sugeridas já se encontram em andamento no âmbito da governança de dados do governo federal. Uma proposta de decreto que institui as figuras do curador e do executivo de dados nos órgãos da administração

	relevantes, mas que muitas das vezes podem passar despercebidos. Ex: elaborar um selo de verificação para aqueles datasets que estão em conformidade ou que representam um conjunto de dados relevante.	federal está aguardando aprovação. Adicionalmente, está em discussão na CGU o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que pode priorizar o projeto de desenvolvimento de um Portal de Dados com funcionalidade de marcação e categorização dos conjuntos de dados, para efetivar o processo de curadoria. Ademais, está em curso a implementação dos selos de verificação no portal Dados.gov.br. O selo bronze já está disponível e a funcionalidade para selos prata e ouro será desenvolvida a partir de abril. Posteriormente, haverá também selos temáticos. Também está em desenvolvimento uma ferramenta voltada à verificação da qualidade dos dados. Considerando que os avanços propostos dependem de prazos específicos e estão condicionados à aprovação de atos normativos, à priorização nos planos de tecnologia da informação e a processos tecnológicos que extrapolam a governança direta do compromisso, optou-se por tratar o tema no âmbito das reuniões de execução, para fins de discussão e alinhamento e atualizar os RSEs futuros com os andamentos, sem ensejar mudança textual no marco. Assim, não houve alteração no marco do compromisso.
--	--	--

Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Acredito que um plano de gestão de projeto é necessário para o bom andamento do compromisso. Reuniões online mais regulares e curtas poderiam ser benéficas.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Implementar um blog do compromisso!	Não acolhida, pois não há capacidade operacional para a execução da proposta. A divulgação do compromisso pode ser realizada como uma ação integrada a algum dos marcos.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	As propostas de alteração do Compromisso 3 envolvem a revisão/otimização de marcos específicos (como exclusões, fusões e reavaliações); Desenvolvimento de estratégias orçamentárias e políticas, visando maior clareza, articulação e efetividade do compromisso; Fortalecimento da comunicação entre a coordenação do compromisso e os representantes das instituições e, mesmo, dos representantes das instituições entre si; Necessidade de um diretório com os contatos dos representantes das instituições participantes.	A sugestão não foi acolhida, uma vez que contempla, em parte, proposta já implementada no âmbito do compromisso e, em parte, aspectos relacionados à sua gestão. Dessa forma, não se identificou a necessidade de alteração no texto do Plano, sendo os pontos pertinentes à gestão considerados no âmbito da execução do compromisso, conforme avaliação do coordenador responsável.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Sugiro incorporar o último marco - 13 - a outros marcos ainda em andamento, permitindo que atividades de incentivo sejam combinadas a atividades de sensibilização, o que tornará este marco mais efetivo. Ou seja, não se trata de ignorar o marco, mas sim torná-lo mais efetivo e ao mesmo tempo alavancar os demais. Favor incluir a ABC como participante no marco 2.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Criar um marco para valorizar revistas científicas do Brasil.	A proposta ficou pendente de avaliação pois, apesar da sugestão ter sido considerada relevante, carece de clareza sobre seus entregáveis e estrutura, que

		deverão ser debatidos em uma reunião específica para o assunto.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Criação de indicadores de acompanhamento específicos para ciência aberta, reprodutibilidade, diversidade e impacto social, alinhados aos princípios da CoARA. - Iniciativas de capacitação para avaliadores e coordenadores de programas de pós-graduação, de modo a consolidar o uso de metodologias qualitativas de avaliação. - Integração de plataformas digitais (CAPES, CNPq e OSF/RBR) para facilitar a submissão e o reconhecimento de produtos científicos diversos (dados, softwares, REA, revisão aberta). - Promoção de pilotos regionais ou setoriais, que permitam testar ajustes em áreas específicas antes da adoção em larga escala. - Articulação internacional, explorando parcerias com outras instituições vinculadas à CoARA para troca de boas práticas e experiências.	Sugestão não acolhida, pois grande parte das sugestões apresentadas já se encontra incorporada ao escopo e às ações previstas no marco 5. O tema, porém, poderá ser debatido nas próximas reuniões de execução para avaliar, de forma integrada, a pertinência e a viabilidade de eventual incorporação de elementos adicionais, evitando sobreposição de iniciativas e garantindo coerência na implementação.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Publicação de um blog do compromisso com três linhas editoriais em prol de Ciência Aberta: (i) entrevistas semanais com autoridades e pesquisadores; (ii) um post semanal sobre cada um dos doze marcos; (iii) um post semanal sobre indicadores de Ciência Aberta originados do OCABr.	Não acolhida, pois não há capacidade operacional para a execução da proposta. A divulgação do compromisso pode ser realizada como uma ação integrada a algum dos marcos.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 1) Inclusão da discussão sobre a política CC By e o que ela significa para os pesquisadores.	A sugestão não foi acolhida, pois aborda um tema muito específico e não se alinha no escopo do marco. A discussão sobre licenças envolve um processo de sensibilização, e não de formulação de política. Eventuais debates podem ocorrer de forma pontual em eventos e em reuniões pontuais.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 2) Reforçamos a necessidade do levantamento de valores necessários para contratação de recursos humanos e orçamentários para a existência de repositórios nas ICTs.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Talvez possa se unir ao marco 9 que trata da sensibilização em torno do tema.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Envolver os pesquisadores no debate.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Considerar a fusão ou reestruturação do Marco 9 com o Marco 2 para evitar duplicidade e otimizar esforços.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Elaborar o planejamento das ações e entregas do marco, de forma integrada e colaborativa com as instituições participantes.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Elaborar um guia de sistematização, definindo escopo, atores, públicos e critérios de registro das ações de sensibilização.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada ao coordenador responsável, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Fortalecer mecanismos de apoio e simplificação do processo de registro, incentivando maior engajamento das instituições parceiras.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Talvez se unir ao marco 2.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 4) O marco precisa contar com recursos de TI em quantidade suficiente para operar pelo menos 10 anos das bases de dados OpenAlex.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Reativar o Marco com foco na consolidação e no monitoramento das incorporações já iniciadas.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Fortalecer a articulação entre CAPES e CNPq para harmonizar práticas avaliativas.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Estabelecer cronograma com: 2025–2029 para consolidação e ajustes progressivos, e 2032 para mudanças estruturais no ciclo de avaliação.	A sugestão não foi acolhida por exceder o prazo de execução do 6º Plano de Ação.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Ampliar a participação da sociedade civil, associações científicas e instituições de ensino superior no processo de acompanhamento.	Trata-se de uma sugestão relacionada à gestão do compromisso, a qual não implica alteração no texto do Plano. Dessa forma, a contribuição foi encaminhada à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 7) Há um documento em revisão com propostas de alteração do marco, principalmente buscando estabelecer uma lista de produtos esperados. No momento não consigo confirmar essa lista completa.	A sugestão foi acolhida previamente, no âmbito da reestruturação dos marcos realizada antes do processo de revisão do Plano, conforme registrado no Relatório de Status de Execução . Dessa forma, não houve necessidade de nova deliberação durante as oficinas de revisão, uma vez que os ajustes já se encontram incorporados ao planejamento atualizado do compromisso.

Compromisso 4: Cultura de acesso à informação

O Compromisso 4 não recebeu nenhuma sugestão ou contribuição ao longo das etapas anteriores do processo de revisão do Plano.

Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Avaliar a possibilidade de consolidar marcos com objetivos semelhantes (por exemplo, Marcos 3, 7, 8, 9, 14 e 15) em esforços integrados. Isso pode permitir maior consistência metodológica, redução de sobreposição de atividades e melhor aproveitamento de recursos humanos e financeiros.	O marco 3 foi consolidado com o marco 4. Os marcos 7 e 14 foram mantidos e tiveram seus nomes alterados. Os marcos 8, 9 e 15 foram excluídos do compromisso.

		*Informações detalhadas descritas nos próximos itens.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 3) Avaliar a possibilidade de aglutinar os Marcos 3, 7, 8, 9 e 14 em um esforço integrado, permitindo maior consistência e otimização de recursos.	Os Marcos 3 e 4 foram consolidados em um único marco, com a seguinte denominação: “Definir proposta de referência para dados étnico-raciais voltados às ações afirmativas e submetê-la ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD).” A consolidação dos Marcos 3 e 4 justifica-se pela forte complementaridade entre seus objetivos e produtos, ambos voltados à definição e validação de um modelo de referência para dados étnico-raciais aplicados às ações afirmativas. A unificação em um único marco permite maior coerência metodológica, racionalização de esforços e otimização do uso de recursos institucionais.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 4) Considerar a integração com Marcos 3 e 5 para garantir coerência metodológica e eficiência no uso de dados étnico-raciais.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 7) Avaliar a possibilidade de aglomerar os Marcos 3, 7, 8, 9 e 14 em um esforço integrado, permitindo maior consistência, eficiência e otimização de recursos.	O marco 7 foi mantido, com a alteração do nome do marco de “Orientação normativa sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência” para “Orientação sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência.” A alteração do nome do marco, com a exclusão da expressão “normativa”, decorre em função do período eleitoral, que impõe restrições à edição e à divulgação de atos de natureza normativa, mantendo-se o caráter orientador do marco.
Formulário – Análise do	(Marco 8) Avaliar a possibilidade de aglomerar os Marcos 3, 7, 8, 9 e 14 em um esforço integrado, garantindo maior	O marco 8 foi excluído em razão da descontinuidade da participação da instituição originalmente responsável

Progresso do Plano	consistência, otimização de recursos e harmonização de prazos.	pela coordenação (GEMMA), sem que houvesse designação de substituição. Tal situação inviabilizou a condução das atividades previstas, não havendo avanços concretos na implementação do marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 9) Avaliar a possibilidade de integrar os Marcos 3, 7, 8, 9 e 14 em um esforço coordenado, garantindo maior consistência e otimização de recursos.	O marco 9 foi excluído em razão das dificuldades significativas de articulação interinstitucional necessárias à sua execução, envolvendo múltiplos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Avaliou-se que a complexidade de coordenação, somada às limitações de capacidade operacional comprometeria a viabilidade de implementação do marco.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 11) Avaliar a possibilidade de integrar este marco em esforço conjunto com Marcos 10 e 12, otimizando recursos e garantindo maior consistência na formação.	O marco 11 foi consolidado ao marco 17 tendo em vista a integração entre seus objetivos e produtos, ambos voltados à capacitação e ao estímulo ao uso qualificado de dados étnico-raciais e de políticas afirmativas. A unificação em um único marco favorece maior coerência metodológica, racionalização de esforços e otimização do uso de recursos institucionais, potencializando os resultados das ações formativas e de sensibilização.
	(Marco 13) Explorar sinergias com marcos relacionados (como Marco 5 – adaptação do portal e Marco 3 – modelo de referência de dados).	O marco 13 já foi concluído.
	(Marco 14) Avaliar a possibilidade de integração com os Marcos 3, 7, 8 e 9 para otimizar esforços e consistência metodológica.	O marco 14 foi mantido, com a alteração do nome do marco de “Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados para bancas de heteroidentificação” para “Guia de orientação de boas práticas para

		produção, coleta e disponibilização de dados sobre bancas de heteroidentificação” A alteração se justifica para o melhor entendimento do objetivo do marco que é o de orientar a produção, coleta e disponibilização de dados sobre bancas de heteroidentificação.
	(Marco 15) Estabelecer calendário de reuniões periódicas de acompanhamento e validação com todos os atores envolvidos.	O marco 15 foi excluído em razão da elevada complexidade de articulação interfederativa com estados e municípios, que demandaria elevado esforço institucional, múltiplos deslocamentos e capacidade operacional não disponível no período previsto.
	(Marco 19) Sugestão para conclusão em abril de 2026.	O marco 19 foi mantido, com previsão de conclusão para dezembro de 2026, assim como a alteração da denominação do marco de “Elaboração e aplicação do plano de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003 (torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas) nos municípios, considerando informações de orçamento, equipes, regulamentação e divulgação de boas práticas” para “Produção de dados e evidências sobre desigualdades raciais nas infâncias e adolescências nos municípios que aderiram ao SINAPIR” A alteração se justifica pelos desafios apresentados em relação às competências do Ministério da Educação em relação ao monitoramento da implementação da Lei 10.639/2023. Desta forma, o Instituto Alana, o Geledés Instituto da Mulher Negra e o MIR, que participam deste marco, revisaram os objetivos do marco para atender

		estrategicamente a necessidade de tratamento de dados sobre desigualdades raciais nas infâncias e adolescências nos municípios de forma mais ampla.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 4) Formalizar cronograma de apresentação e discussão do modelo junto ao CCGD.	Trata-se de sugestões relacionadas à gestão do compromisso, as quais não implicam alteração no texto do Plano. Dessa forma, as contribuições foram encaminhadas à coordenação do compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Registrar cronogramas internos de reuniões e consultas técnicas para manter acompanhamento transparente.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 7) Formalizar etapas preliminares de consulta e alinhamento como parte do marco, garantindo monitoramento gradual do progresso.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 7) Estabelecer cronograma de reuniões e entregas intermediárias para acompanhamento das ações.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 8) Formalizar etapas preliminares de planejamento e alinhamento como entregas intermediárias do marco.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 8) Definir cronograma de reuniões e responsabilidades específicas para cada ator, assegurando o início efetivo das atividades em janeiro de 2026.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 9) Definir etapas intermediárias de entrega, como minuta de guia para consulta dos atores, antes da publicação final.	

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 9) Estruturar cronograma detalhado de reuniões, responsabilidades e prazos para iniciar efetivamente as atividades.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 10) Formalizar cronograma detalhado de produção do documento de avaliação, com etapas e responsáveis.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 10) Antecipar reuniões de alinhamento e compartilhamento de dados entre ENAP, MIR e demais atores envolvidos.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 10) Considerar a produção de relatórios parciais ou preliminares, permitindo monitoramento contínuo antes da entrega final em JUN/27.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 11) Formalizar calendário de capacitações, incluindo etapas piloto e acompanhamento contínuo.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 11) Antecipar reuniões preparatórias para definição de conteúdos e materiais didáticos.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 13) Prever fase piloto de divulgação e avaliação de engajamento.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 13) Incluir relatórios periódicos de resultados e ajustes da estratégia.	
Formulário – Análise do	(Marco 14) Planejar um piloto de aplicação do guia em instituições selecionadas para ajustes antes da publicação final.	

Progresso do Plano		
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 16) Estabelecer agenda de reuniões periódicas de alinhamento entre Instituto Ethos, CGU e MIR para monitoramento e validação das ações.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 19) Definir cronograma piloto com municípios estratégicos do Sinapir.	

Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Alteração da data de entrega do documento, já que estava previsto para julho e ainda não foi finalizado (03/10/2025).	Optou-se pela substituição do currículo previsto no marco 6 por um guia, em razão da necessidade de conferir maior agilidade e viabilidade à execução do compromisso, uma vez que o novo
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Seria importante a definição de uma data final para fechamento do documento preliminar, até onde acompanhei isso não aconteceu.	formato dispensa a necessidade de aval do Ministério da Educação, permitindo o avanço das etapas previstas.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 6) Dilação do prazo para 30 de setembro (com a revisão do MEC).	O nome do marco foi alterado de “Criação de versão preliminar do currículo, garantindo a participação/escuta de pessoas idosas” para “Criação de versão preliminar do Guia Orientativo para o Desenvolvimento de Competências Digitais e Midiáticas da Pessoa Idosa do Brasil.” A alteração do nome do marco decorre da redefinição do produto, que passa de currículo para guia orientativo, refletindo com maior precisão o escopo, a natureza e os

		objetivos do material a ser desenvolvido. A alteração do prazo de conclusão de fevereiro/2026 para maio/2026 justifica-se pela necessidade de ampliação do tempo para adequação do conteúdo ao novo formato, bem como para garantir a finalização do produto de forma consistente.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 8) É necessário discutir e confirmar uma data real de publicação, assim como seu formato, diagramação etc. Um exemplo é o guia sobre uso de dispositivos por crianças e adolescentes da Secom.	O nome do marco foi alterado de “Publicação da versão final do currículo” para “Publicação da versão final do guia.” A alteração do nome do marco fundamenta-se na redefinição do produto, que passa de currículo para guia. A alteração do prazo de conclusão de maio/2026 para agosto/26 justifica-se pela necessidade de ampliação do tempo para adequação do conteúdo ao novo formato previsto no marco 6, o que, consequentemente, impacta os marcos subsequentes.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Convidar grupos, projetos e instituições que realmente fazem a educação digital e midiática da pessoa idosa em todos seus marcos.	Trata-se de sugestões relacionadas à gestão do compromisso, as quais não implicam alteração no texto do Plano. Dessa forma, as contribuições foram encaminhadas à coordenação do
Formulário – Análise do Progresso do Plano	Atualização do repositório de recursos (talvez fazer uma chamada pública, a exemplo da feita pelo STF na biblioteca sobre desinformação).	compromisso, para análise e adoção das providências consideradas necessárias.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 12) Convidar pessoas e instituições envolvidas com a execução de cursos com pessoas idosas, trazendo as experiências que possuem na formação de multiplicadores, tal como o ProEIDI (IMD/UFRN).	

Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 12) Mapear as plataformas disponíveis no âmbito do governo federal para identificar a que teria melhor capilaridade. Ex: ENAP, Avamec.	
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 13) A avaliação do impacto da criação e efetivação de um currículo é um desafio que provavelmente não será possível verificar durante o andamento do 6º Plano de Ação.	

Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar

Origem	Descrição da Sugestão	Encaminhamento
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 5) Alterar a redação do marco para: Aprimoramento da comunicação na carta de serviços do MDA. Retirar a CONAB do marco.	Sugestão acolhida, pois, a alteração do nome vai identificar de forma mais precisa o órgão responsável pela melhoria da comunicação, deixando explícita a vinculação ao MDA.
Formulário – Análise do Progresso do Plano	(Marco 7) Alterar o nome do marco para "Curso de capacitação para colaboradores e usuários do serviço CAF" e o resultado esperado para "Lançamento do curso de capacitação assíncrono Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)".	Sugestão aceita, pois, a mudança do nome do marco vai tornar mais preciso o escopo da ação, substituindo a expressão ampla "Plano de capacitação" por "Curso de capacitação", alinhando a redação ao formato concreto do produto entregue. Já a alteração do resultado esperado vai dar maior clareza e precisão à entrega do marco, evidenciando que o resultado alcançado corresponde ao lançamento efetivo do "Curso de capacitação para colaboradores e usuários do serviço CAF".

Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios

O Compromisso 8 não recebeu nenhuma sugestão ou contribuição ao longo das etapas anteriores do processo de revisão do Plano.